

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JOICIELY ALVES DA SILVA

**A POLÍTICA DE FILHO ÚNICO: OS IMPACTOS DA MEDIDA NA POPULAÇÃO
FEMININA CHINESA (1979-2015)**

Santana do Livramento

2023

**A POLÍTICA DE FILHO ÚNICO: OS IMPACTOS DA MEDIDA NA POPULAÇÃO
FEMININA CHINESA (1979-2015)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Relações Internacionais da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial para a
obtenção do Título de Bacharel em Relações
Internacionais.

Orientadora: Anna Carletti.

De acordo

**Santana do Livramento
2023**

JOICIELY ALVES DA SILVA

**A POLÍTICA DE FILHO ÚNICO: OS IMPACTOS DA MEDIDA NA POPULAÇÃO
FEMININA CHINESA (1979-2015)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Relações Internacionais da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial para a
obtenção do Título de Bacharel em Relações
Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 21/11/2013

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Anna Carletti
(Orientadora)
UNIPAMPA

Prof^a. Dr^a. Kamilla Raquel Rizzi
(Membro da Banca)
UNIPAMPA

Prof^a. Dr^a. Nathaly Silva Xavier Schutz
(Membro da Banca)
UNIPAMPA

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

S586p Silva, Joiciely Alves da
A Política de Filho Único: os impactos da medida na
população feminina chinesa (1979 - 2015) / Joiciely Alves da
Silva.
90 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2023.
"Orientação: Anna Carletti".

1. Relações Internacionais. 2. Política do Filho Único. 3.
China. 4. Políticas populacionais. 5. Assimetria de gênero. I.
Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente as minhas mães, Edna, Maria do Socorro e Izabel, mulheres que são fundamentais para mim, que puderam me proporcionar a vida que tenho hoje e por nunca terem medido esforços na minha criação, infelizmente hoje conto apenas com a presença de uma delas e espero no futuro poder contribuir por toda a ajuda e suporte que a senhora tenha me dado, mãe. A mãe socorro e a mãe cece, espero que independente de onde as senhoras estejam que possam sentir orgulho de mim. A Seu Antônio e a Dona Regina, meu muito obrigada por toda força e ajuda nessa jornada que foi a graduação, no início achei que mudar para uma cidade nova e muito longe não fosse dar certo, mas que graças ao apoio de vocês, estou finalmente terminando.

Agradeço aos amigos que deixei em São José, Dani, Grazy, Thaynan e Thais por toda a força e moral que me deram, pelas ligações em vídeo que fizeram e pelas risadas em momento de tristeza que me fizeram dar. Agradeço também os amigos que Livramento me proporcionou, no início do curso não acreditava que fosse encontrar pessoas tão boas e no final estava errada. Agradeço a Fernanda, Elisa e Antonio por todos os momentos de parceria. E e agradeço também a Irina que foi uma das pessoas mais iluminadas e incríveis com quem pude cruzar, uma pessoa boa e de coração tão puro, a minha maior incentivadora de tomar mate, minha maior incentivadora em perder a timidez, enfim, a maior e como ela mesmo diria, uma pessoa de milhões. Espero que a distância não apague a nossa amizade e que eu possa mantê-la pelo resto da vida. Agradeço também a Veluma, a irmã/mãe que a Moradia Estudantil me deu, uma pessoal incrível, tão forte e batalhadora, espero que quando eu crescer possa me tornar uma mulher tão boa e tão forte quanto você, espero que em uma tarde qualquer a gente possa se reunir na frente da calçada para tomar tacacá.

Agradeço também aos professores do curso de Relações Internacionais, que foram pessoas incríveis durante toda a graduação e em especial minha orientadora, uma das mulheres mais incríveis que tive o prazer de conhecer, muito obrigada por todo o suporte durante o TCC, obrigada pelo “Respira, cadê o sorriso” que além de me tirar boas risadas foi o que durante o desespero na escrita do trabalho me trouxe um quentinho para o coração. Obrigada por não soltar a minha mão. E por fim, mas não menos importante, também agradeço a Deus pela força nos momentos de fraqueza.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar os impactos da implementação da Política de Filho Único na China na população feminina chinesa a partir de 1979, ano de sua implementação até 2015, quando a mesma foi revogada. Entre as múltiplas abordagens possíveis para essa análise escolheu-se a lente do gênero para identificar as consequências dessa política pública chinesa na vida de milhões de mulheres e meninas em um período em que a China se encontrava em pleno desenvolvimento. Para isso, abordaremos conceitos, que estão relacionados com o recorte temático do trabalho, como Políticas Populacionais, Direitos Sexuais e Reprodutivos e Direitos Humanos das Mulheres. O trabalho será desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa, buscando através da mesma, compreender e investigar o objeto de estudo. A pesquisa terá caráter exploratório, os procedimentos adotados para a construção desta se darão por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Para que o objetivo da pesquisa seja atingido, analisamos quais foram as consequências em termos da Política de Filho Único implementada na China de 1979 a 2015 para os direitos reprodutivos das mulheres e na hipervalorização do gênero masculino no país. O que se percebe é que com os estigmas e assimetrias de gênero notadas na sociedade em geral foram reforçadas com a implementação da Política de Filho Único.

Palavras-chave: Política de Filho Único; China; Políticas Populacionais; Assimetria de Gênero.

ABSTRACT

The main objective of this research is to analyze the impacts of the implementation of China's One-Child Policy on the Chinese female population from 1979, the year it was implemented, until 2015, when it was repealed. Among the many possible approaches to this analysis, a gender lens was chosen to identify the consequences of this Chinese public policy on the lives of millions of women and girls at a time when China was booming. To do this, we will look at concepts that are related to the thematic focus of the work, such as Population Policies, Sexual and Reproductive Rights and Women's Human Rights. The work will be carried out using qualitative research, seeking to understand and investigate the object of study. The research will be exploratory in nature and the procedures adopted for its construction will be bibliographical and documentary research. In order to achieve the research objective, we will analyze the consequences of the One-Child Policy implemented in China from 1979 to 2015 for women's reproductive rights and the hypervaluation of the male gender in the country. What emerges is that the gender stigmas and asymmetries noted in society in general were reinforced with the implementation of the One-Child Policy.

Keywords: One-Child Policy; Population Policies; China; Gender Asymmetry.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Artigos demográficos de 1950 - 1988.....	35
Gráfico 2 - Taxas brutas de mortalidade e natalidade de 1949 a 1989.....	36
Gráfico 3 - Taxa de fertilidade.....	51
Gráfico 4 - Composição sexual por gênero da população nacional em casa censo.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra as Mulheres

CSW - Comissão sobre o Status das Mulheres

DIU - Dispositivo Intra-Uterino

DSR - Direitos Sexuais e Reprodutivos

ECOSOC - Conselho Econômico e Social

EPL - Exército da Libertação

EUA - Estados Unidos da América

KMT - Kuomintang

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

ONG - Organizações Não Governamentais

PCC - Partido Comunista Chinês

PPF - Política de Planejamento Familiar

RPC - República Popular da China

TFT - Taxa de Fertilidade Total da China

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEES - Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. O CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA QUANDO A ADOÇÃO DA POLÍTICA DE FILHO ÚNICO.....	16
2.1 Os antecedentes históricos da Revolução Chinesa de 1949.....	17
2.2. Da Ascensão de Mao Zedong a Abertura Política e Econômica de Deng Xiaoping.....	24
2.3. Relação demográfica da China.....	34
2.4. Teorias de Controles Demográficos.....	40
3. A POLÍTICA DE FILHO ÚNICO.....	46
3.2. Wan Xi Shao e a Política de Planejamento Familiar Chinesa.....	46
3.2.1. Primeiro Período: Sem política de planejamento familiar (1949-1963).....	46
3.2.2. Segundo Período: Política de planejamento familiar implementada de forma branda e restrita (1963-1980).....	48
3.2.3 Terceiro Período: Política de Planejamento Familiar ampla e fortemente implementada (1971-1980).....	49
3.2.4. Quarto Período: Política de Filho Único (1980-2015).....	50
3.3 A Implementação da Política de Filho Único.....	51
3.4 A Aplicação da Política de Filho Única em cidades rurais.....	56
3.5 Preferência de Gênero.....	61
4. AS CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA DE FILHO ÚNICO POR MEIO DA LENTE DE GÊNERO.....	65
4.1 Direitos Humanos das Mulheres.....	65
4.1.1 Direitos Sexuais e Reprodutivos.....	70
4.2 Violação dos Direitos Humanos da População Feminina Chinesa.....	73
4.3 Assimetria entre homens e mulheres na população chinesa.....	75
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	83

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho delimita-se a analisar os impactos da Política de Filho Único na população feminina chinesa a partir de 1979, ano de sua implementação até 2015, quando tal Política foi revogada pelo governo de Pequim. Entre as múltiplas abordagens possíveis para essa análise escolheu-se a lente do gênero para identificar as consequências dessa política pública chinesa na vida de milhões de mulheres e meninas em um período em que a China se encontrava em pleno desenvolvimento.

A Política de Filho Único foi uma política pública implementada a partir de 1979, durante o governo do então presidente da China, Deng Xiaoping. De acordo com Lígia Menin e Osvaldo Billing (2022), a origem da política acontece pelo grande crescimento populacional ocorrido na segunda metade do século XX, como também pelo envelhecimento populacional que fez com o país tivessem que pensar em políticas públicas voltadas para esse público. A China enfrentou um boom populacional ocorrido a partir de 1953, resultado da queda da taxa de mortalidade e também da taxa de crescimento que subiu 2,8% até 1970. Contudo, todo esse rápido crescimento fez com que o governo dobrasse seus esforços e assim, no quarto plano quinquenal em 1970, se incluiu pela primeira vez metas para a taxa de crescimento populacional. Uma série de medidas foram disseminadas: abortos e contraceptivos se estenderam a áreas rurais, intervalos maiores entre o nascimento dos filhos, além da pregação de família menores (KANE; CHOI, 1999).

A taxa de crescimento caiu para 1,8% em oito anos e a meta estabelecida para 1980, foi de 1%, só que para atingir essa porcentagem, cada unidade administrativa teve autonomia para introduzir suas próprias metas, e quando se fez necessário tentou mudar o comportamento de fertilidade da população. Por mais que o país se baseasse na campanha “*later, longer, fewer*” (LLF) (mais tarde, mais tempo, menos) a meta estabelecida de zerar o crescimento populacional até 2000, parecia inatingível, principalmente após estudos apontarem um crescimento inevitável, já que metade da população estava abaixo dos 21 anos. O país já havia atingido a marca de 1 bilhão e caso o crescimento se mantivesse, alcançariam 1,4 bilhões até o final do século, assim, o objetivo do governo era manter sua população na casa dos 1,2 bilhões até o mesmo período (KANE; CHOI, 1999).

Na cultura do país as mulheres sempre tiveram um papel de menor relevância na condição familiar. É sabido que na estrutura cultural da mulher na família chinesa ela deve primeiro obediência a seu pai, depois a seu marido e na falta deste último a seu filho, então a partir disso buscasse entender os impactos da política na sociedade feminina a partir da posição que elas ocupavam. Acredita-se na relevância deste tema no âmbito das Relações

Internacionais pois trata-se de um assunto que resultou profundamente impactante em um dos países que ocupa lugar de destaque dentro do cenário internacional. Estudar a fundo a Política de Filho Único do ponto de vista é oportuno ao trazer para a discussão também as dinâmicas das mulheres nas relações internacionais pautas emergentes que todavia foram negligenciadas ao longo de décadas.

A hipótese abordada no trabalho é de como a Política de Filho Único implementada pelo ex-Presidente chinês Deng Xiaoping em 1979, desenvolveu em todo o país um complexo sistema de violações em relação às mulheres por meio de políticas de esterilizações forçadas e abortos seletivos. Tais fatos puderam assim provocar uma hipervalorização do gênero masculino. A fim de compreender como tais fatores vieram a ocorrer, a pesquisa tem como objetivo geral analisar quais foram as consequências em termos da Política de Filho Único implementada na China de 1979 a 2015, para os direitos reprodutivos das mulheres e a hipervalorização do gênero masculino no país. A partir disso foram definidos três objetivos específicos sendo eles: evidenciar o contexto histórico e político da República Popular da China quando da adoção da Política de Filho Único; descrever o que é a Política de Filho Único e como foi aplicada; e analisar as consequências da Política de Filho Único por meio da lente de gênero: violação dos direitos humanos da população feminina chinesa e assimetria entre homens e mulheres.

Sendo assim a pesquisa será desenvolvida através de uma abordagem qualitativa buscando através da mesma compreender e investigar o objeto de estudo. A pesquisa buscará analisar aspectos da realidade que não podem ser quantificados então não apresentará quaisquer aprofundamentos numéricos se preocupando assim em descrever compreender e explicar determinado fenômeno conforme expressados por Gerhardt e Silveira (2009). A pesquisa tem caráter exploratório onde de acordo com Gil (2002) tem como tal objetivo apresentar uma maior familiaridade com o problema através da construção de hipóteses. Os procedimentos adotados para a construção desta se darão por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A bibliográfica se dará com base em materiais já elaborados e publicados composto por livros e artigos científicos a documental se tratará por meio de documentos sem tratamento analítico como documentos estatísticos e tabelas.

Com base nos objetivos da pesquisa o embasamento teórico da mesma abordará conceitos como Políticas Populacionais, Direitos Reprodutivos e Direitos das Mulheres. A conceituação de Políticas Populacionais pode ser denominada como um agrupamento de medidas designadas para alterar o estado de uma população conforme os interesses sociais estabelecidos. Essa modificação pode ocorrer por meio de mudanças no decréscimo populacional quanto a distribuição e densidade desta população em determinado território

como também a sua composição quantitativa e qualitativa relacionadas a atividades específicas. No que se refere aos interesses sociais compreende-se em fazer de forma mais abrangente a participação de grupos sociais majoritários para se beneficiarem do desenvolvimento social e econômico (MENIN, BILLING 2020; ALVES, 2015).

O trabalho se encontra dividido em três capítulos. No decorrer do primeiro capítulo será apresentado a base histórica da pesquisa elencando fatores antecedentes da Revolução chinesa de 1949, O governo de Mao Zedong que inicialmente incentivou o crescimento populacional contudo por fatores internos começou a implementação de políticas de planejamento familiar indo até o governo de abertura de Deng Xiaoping defensor de políticas populacionais e implementador da Política de Filho Único. Por fim apresentando a relação demográfica da China.

No segundo capítulo será abordado os conceitos de políticas populacionais e algumas teorias de controle demográfico como a Teoria Malthusiana a Teoria Neomalthusiana a Teoria Marxista e por fim a Teoria de Transição Demográfica. Em seguida elencaremos a política *Wan Xi Shao* e a Política de Planejamento Familiar Chinesa e os períodos onde esta última esteve mais branda até a política mais restritiva de um único filho. Também será abordada a aplicação da Política de Filho Único em cidades rurais que se diferenciava do contexto normal da política em algumas províncias e por fim o último subcapítulo abordará a preferência de gênero um fator não exclusivo da política mas fortalecido com ela.

O terceiro e último capítulo se debruça sobre as consequências da Política de Filho Único por meio da lente de gênero tendo como primeiro análise os Direitos Humanos das Mulheres com a institucionalização dos Direitos Humanos de forma geral. O capítulo se segue para a questão dos Direitos Sexuais e Reprodutivos a violação dos direitos humanos das mulheres na população feminina chinesa terminando na assimetria entre homens e mulheres. Desta forma buscaremos entender as consequências que a Política de Filho Único deixou na população feminina.

2. O CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA QUANDO A ADOÇÃO DA POLÍTICA DE FILHO ÚNICO

As revoluções ocorridas na China tem uma semente profundamente enraizada desde quando era um Império. O “Império do meio” como assim era conhecida a China e como ainda o nome em chinês indica passou por uma série de resistências e levantes primeiro pelos seus invasores vizinhos como os Manchus e posteriormente por nações “bárbaras” como Alemanha, Inglaterra e Portugal. A invasão dessas nações com suas tecnologias e suas vontades acabaram por abalar a economia do Estado. Ademais, a questão entre a agricultura e a indústria construiu uma trajetória para o declínio imperial. Momentos como a Revolução dos Boxers e a Revolta de Taiping junto com a formação da classe burguesa deixou a situação ainda mais acirrada, levando-os a uma revolta popular e à ascensão do Partido Comunista Chinês (ANDRADE, s.d.; KISSINGER, 2015). .

A proclamação da República Popular da China não foi o ponto final dos problemas internos. O país devastado pelos anos da guerra civil entre o Partido Comunista e o Partido Nacionalista o *Kuomintang*¹ fez com ele tivesse que ser reestruturado. Mao Zedong implementou uma série de reformas e campanhas de combate à corrupção, fator fortemente criticado dentro da estrutura do partido em relação ao *Kuomintang*. Contudo o Grande Salto Adiante que deveria ser o maior plano de estruturação nacional foi um completo fracasso.

Uma das consequências do Grande Salto Adiante foi a fome que assolou o país e causou um número expressivo de vítimas. A população da China sempre foi muito vasta e os anos de Mao Zedong no poder fizeram com que esse crescimento fosse incentivado. Contudo, manter esse crescimento com os recursos limitados que o país dispunha fizeram com que o governo posteriormente tivesse a necessidade de aplicar políticas voltadas ao controle populacional, mas que para isso deveriam investir em uma área que havia sido negligenciada até então, os estudos demográficos.

A China sempre sofreu com problemas quanto à demografia sendo a falta de dados confiáveis como fator crucial. A falta de compreensão e a proibição de pesquisas durante a Revolução Cultural limitaram ainda mais o estudo desses dados. Apenas a partir de 1978 foi que o governo passou a investir em pesquisa e publicação dos dados demográficos que os

¹ Kuomintang foi o Partido Nacionalista Chinês, fundando a partir da Liga Jurada em 1912. Esteve no governo da China, durante a presidência de Sun Yat Sen e posteriormente com Chiang Kai Shek.

levou a um maior entendimento de sua população e posteriormente a adoção de políticas de planejamento familiar ((CHEN; MODIANO, 1950; LAVELY, LEE, FENG, 1990).

2.1 Os antecedentes históricos da Revolução Chinesa de 1949

É inevitável não falarmos da Revolução Chinesa de 1949 sem nos atentarmos à construção do Estado chinês e conseqüentemente à China Imperial. Por diversos milênios a China nunca se viu obrigada a lidar com outras nações que tivessem seu mesmo nível de sofisticação. A posição do Império Chinês sempre foi soberana quanto aos demais e por isso nunca manteve um contato prolongado com outras nações ao qual eram tratadas como bárbaras sejam aquelas suas vizinhas como as tribos seminômades como Manchus e Mongóis sejam aquelas do além-mar. No geral eram tratados como bárbaros todos os povos que não tinham origem e cultura chinesa onde na maior parte da história eram vistas como inferiores. O contato com os “bárbaros” se iniciam no começo do século XVIII e pela primeira vez a China se deparou com nações que não só tinham a intenção de adentrar e conquistar seu território como também implementar uma nova ordem mundial deixando de lado o sistema sinocêntrico. Tal nova ordem era moldada por um livre comércio, um sistema de intercâmbio diplomático e a residência de embaixadores na capital chinesa (KISSINGER, 2011).

As tecnologias vindas do ocidente que suplementaram as tecnologias chinesas e que contavam com novos métodos de produção estradas de ferro e energia a vapor componentes fundamentais no impulso produtivo do ocidente. No início do século XVII, o governo chinês percebia que mais e mais comerciantes adentravam suas terras pela parte sudoeste do território. Esses estrangeiros eram vistos da mesma forma “bárbaros” sejam aqueles que faziam fronteira com o império ou os “bárbaros do Mar Ocidental”. Raros desses eram permitidos a viajarem a Pequim onde para visitarem o imperador passavam por um ritual onde se reverenciavam ao Filho do Céu. No princípio os europeus aceitavam a titulação de “bárbaros” contudo na medida em que essas nações cresciam e se desenvolviam tal situação se mostrava intolerável (KISSINGER, 2011).

A China foi capaz de criar o equilíbrio necessário para o crescimento de sua civilização, possuía um vasto desenvolvimento em agricultura voltado para a produção de arroz alimentando seus habitantes e assim fez-se possível toda sua expansão geográfica. Também progressista em outras áreas, foi pioneira na invenção de diversos artigos como a

bússola, fundição de ferro além da pólvora, então quando o contato com as civilizações europeias começou a se intensificar no século XIX, a China não era de fato uma potência atrasada. Contudo, por concentrar-se na produção de alimentos que pudessem suprir sua vasta população, o Império Chinês não conseguiu acompanhar a separação entre agricultura e industrial e que por não desenvolver esta última teve problemas quanto ao progresso tecnológico, ao contrário do que ocorreu na Europa e os levou a Revolução Industrial. Desta forma a China teve que exercer um maior poder por todo o seu território por meio da burocracia através de funcionários. Tais funcionários - *os mandarins* - atuavam como delegados do imperador e por muitas vezes faziam cumprir seu poder por meio da opressão a camponeses e a partir disso as revoltas camponesas se tornaram um importante elemento na luta de classes ainda durante a China Imperial (ANDRADE, s.d.).

Oswaldo Coggiola (2015) diz que quando essas revoltas ocorriam em zonas geograficamente restritas eram mais fáceis de serem reprimidas contudo essas lutas de classes não promoviam trocas de classe dentro do Estado pois a força dessas revoltas isso é os camponeses eram incapazes de se articular de forma nacional assim como também fazer-se ocorrer uma mudança no sistema social por meio desse poder. As revoltas camponesas reclamavam a posse comum da terra e também a equidade na distribuição do que essas terras produziam. Assim, essas rebeliões contra o Império Chinês foram capazes de criar uma “tradição de revolta contra o arbítrio das autoridades que se cristalizou nas *sociedades secretas* de ajuda e proteção mútuas, espalhadas pela China inteira” (COGGIOLA, 2015, p. 2).

Durante o século XIX foi possível observar o estabelecimento de uma estagnação econômica além de um desgaste que percorria as colheitas. Foi também no meio desse século que ocorreu a rebelião de Taiping (1850-1864) que chegou a controlar uma boa parte do território por mais de 10 anos, chegando às portas de Pequim, capital do Império. A revolta foi feita por camponeses que haviam sido convertidos ao cristianismo por Hung Xiu Chuan um chinês que dizia ser irmão de Jesus Cristo. O grupo exigia a propriedade coletiva da terra, contudo foram derrotados pela dinastia reinante os Manchus. O Império Chinês já muito fragilizado externa e internamente teve com a Revolta de Taiping a situação deixada em evidência (COGGIOLA, 2015).

Com o advento da Revolução Industrial a primazia das potências europeias era a de alcançar novos comércios, relação essa que a China tentava impedir a qualquer custo. Os

chineses se limitavam a pequenas concessões de mercado e isso desagradava às potências estrangeiras assim se inicia a Guerra do Ópio (1840 - 1860). No meio do século XIX, o ópio era um produto permitido dentro da Grã-Bretanha mas o mesmo não ocorria na China que havia proibido o seu consumo. Assim a Grã-Bretanha começa o contrabando de ópio fazendo com que se criasse assim um mercado consumidor que uma vez instalado exigiu o direito de vendê-lo de forma livre no território. Com a proibição do comércio por parte da China o Império Britânico começou uma ofensiva armada. Dotados de equipamentos militares superiores aqueles que o Império Chinês possuía, os britânicos assassinaram milhares de pessoas fazendo com que os chineses se curvassem a imposição do mercado e através disso conseguissem diversas concessões territoriais como a Birmânia Hong Kong, Kowloon e o Nepal (COGGIOLA, 2015; KISSINGER, 2015):

Depois da Inglaterra, ao perceberem a fragilidade militar da China (agravada pela crise da dinastia Manchu), vieram a França, a Alemanha, os Estados Unidos e até uma nova potência asiática, o Japão. Através de guerras e "concessões", estes países foram obtendo o controle dos pontos estratégicos da China: à medida que o litoral chinês e os portos dos seus rios iam caindo sob o domínio estrangeiro, a China passou a ser uma semicolônia, não de uma única nação, mas de todas as grandes potências industriais e navais. A imensidão 'do seu território impediu que fosse transformada em colônia – ideia que provavelmente passou pela cabeça dos colonizadores. As revoltas contra os novos dominadores estrangeiros foram frequentes. As potências compreenderam que, embora fosse fácil vencer a China, era impossível conquistá-la completamente (COGGIOLA, 2015, p. 3).

Deste modo o Império Chinês de certa forma foi sendo “partilhado” e a partir disso foi se criando uma nova “classe comercial uma burguesia compradora” (ANDRADE, s.d., p.2) que era subalterna aos interesses das potências estrangeiras. A debilidade aparentada do Estado Chinês acabou por contribuir para que ocorresse concentração de terras e a ascensão de uma classe de proprietários. Coggiola (2015) diz que as principais consequências da entrada do Império Japonês e também de Impérios Europeus foram a distinção social no interior do país.

No final do século XIX, o sistema do Estado Chinês se encontrava deslocado, levantando assim uma frustração popular em forma de revolta. Conhecida como a Revolta dos Boxers (1898), o levante começou de forma violenta onde o grupo se contrapunha contra os ideais estrangeiros e aquilo que eles estabeleciam. Como consequência uma força expedicionária formada por Alemanha, Áustria-Hungria, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália e Japão chegou a capital do império Pequim para combater os Boxers e as tropas Qing que haviam se alinhado com os grupos suprimidos e uma nova onda de “tratados

desiguais”. “Uma dinastia incapaz de prevenir repetidas marchas estrangeiras sobre a capital chinesa ou de evitar a usurpação estrangeira de fatias do território chinês havia claramente perdido o Mandato Celestial. A dinastia Qing após prolongar sua existência por sete surpreendentes décadas desde o choque inicial com o Ocidente ruiu em 1912” (KISSINGER, 2015. p. 99).

A Revolta dos Boxers foi um marco para resistência como figura de insurreição nacionalista e o principal elemento deste nacionalismo foi Sun Yat Sen criador da Sociedade Dong Meng Hui a Liga Jurada pregando os princípios de Nacionalismo democracia e bem-estar social (ANDRADE, s.d.; COGGIOLA, 2015). A Liga Jurada se transforma em partido político o *Kuomintang* (KMT) e Sun assume a presidência da China em 1912, pouco mais de um mês depois passa o cargo para o comandante da força militar Yuan Shikai. Yuan tenta declarar uma nova dinastia no papel de imperador contudo sua ideia fracassa (COGGIOLA, 2015; KISSINGER, 2015):

O governo de Sun não controlava mais do que uma porção reduzida do território. O controle das outras regiões deslocou-se para as tradicionais elites rurais, que se agrupavam em torno de chefes militares. Várias províncias reivindicavam autonomia, e determinados territórios foram retalhados em “feudos” independentes. Os chefes militares locais (os “senhores da guerra”) lutavam constantemente entre si e impunham todo tipo de arbitrariedades ao povo, como impostos e paralisação de colheitas e trabalhos públicos. O desmembramento da China favorecia a manutenção do poder das potências estrangeiras. O país mergulhou no caos. O fracasso da primeira república chinesa deveu-se à tentativa de unificar e democratizar o país sem afetar os interesses sociais das classes possuidoras (agrárias e comerciais), associadas às potências estrangeiras (COGGIOLA, 2015, p. 6)

Uma nova onda de levantes ascende na China em maio de 1919, por meio da mobilização da classe estudantil e operária que havia observado o sucesso da Revolução Russa de 1917. Esses levantes são um ponto de partida para a “nova configuração social e política que transformará o país futuramente”(ANDRADE, s.d., p. 5). Em 1921, o Partido Comunista Chinês (PCC) é fundado e tenta se alinhar com os partidos comunistas mundiais. Dos países que ainda tentavam conquistar o território chinês restava o Japão e a China não tinha recursos para combatê-lo. Em 1923, a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) faz um acordo com Sun Yat Sen do KMT onde os russos enviam recursos, munições e armas, além de militares e conselheiros soviéticos. Sun consente que os militantes comunistas possam fazer parte do partido nacionalista com a condição de que se submetam a ele. Para Stalin a China ainda não estava pronta o suficiente para o socialismo devendo

concentrar seus esforços para uma independência nacional (ANDRADE, s.d.; COGGIOLA, 2015; KISSINGER, 2015).

Chiang Kai Shek assume o Kuomintang em março de 1925, com a morte de Sun Yat Sen, a revolução nacionalista continua. No final de 1926, o sul da China é liberto dos senhores da guerra e os sindicatos formados por camponeses crescem de forma rápida. Por mais que houvessem acordos entre o Partido Comunista e o *Kuomintang* eles eram limitados principalmente no que se relacionava a aliança entre camponeses e operários. Chiang Kai Shek era intransigente sobre o crescimento das organizações operárias e camponesas que unidas ameaçavam o poder dos grandes proprietários (ANDRADE, s.d.).

Uma grande porção dos senhores da guerra passam de lado e se alinham ao *Kuomintang* e assim em abril de 1927, as milícias operárias são desarmadas e massacradas onde mais de 5 mil trabalhadores perdem suas vidas no evento que ficou conhecido como o “massacre de Xangai” no mês seguinte Nanquim é atacada e assim a presença dos comunistas nesses locais desaparece (ANDRADE, s.d.; COGGIOLA, 2015).

Com a aparente mudança do *Kuomintang* que estava relacionado com os senhores da guerra, rebeliões sociais operárias e camponesas foram derrubadas. “Ele só tinha sido útil às classes dominantes para retomar o controle político do país mas também era violentamente hostil à revolução social de operários e camponeses. De partido da democracia e da ‘esperança nacional’ que era em 1912, foi-se transformando até 1927, em partido da reação política e dos possuidores” (COGGIOLA, 2015, p. 10).

Novos levantes são organizados pelo PCC em 1930, contudo são massacrados e acabam por perder toda a influência que haviam conseguido nas cidades de Changsha, Nanchang e Wuhan fazendo assim com que o partido tivesse que fugir e se refugiar em bases rurais no que Mao Zedong - então dirigente comunista do partido - chamava de “bases vermelhas”. No final do ano seguinte o PCC proclama a República Soviética da China tendo Mao Zedong como presidente e controlando apenas seis distritos do vasto território, contudo tal ato foi o suficiente para demonstrar a vulnerabilidade do domínio exercido pelo *Kuomintang* (ANDRADE, s.d.; COGGIOLA, 2015).

Em 1931, a região da Manchúria é ocupada pelo Império Japonês e assim é instalado um Estado separatista então conhecido como Manchukuo. Entre o avanço dos japoneses e o levante do PCC Chiang Kai Shek dizia que “Os japoneses são uma enfermidade da pele, os comunistas do coração” (COGGIOLA, 2015, p. 12). Assim, entre 1930 a 1933 foram

organizadas cerca de quatro expedições com o intuito de destruir as “bases vermelhas”. Incapazes de combater os mais de 500 mil homens enviados por Chiang Kai Shek, os comunistas recuam para o interior em uma *Longa Marcha* no meio dela ocorre a conferência do partido em 1935, onde Mao Zedong é escolhido como secretário-geral.

Em 1933, o PCC havia sugerido um armistício com o KMT para que assim pudessem formar uma frente única contra os japoneses contudo a oferta foi rejeitada e só aconteceu em 1936, quando Chiang Kai Shek foi detido por suas próprias tropas que influenciados pelos comunistas pediam que toda a força dos ataques fossem direcionadas aos japoneses. Entretanto há a intervenção da URSS para a libertação de Chiang Kai Shek pois Stalin ainda tinha inclinação positiva a ele. Em 1937, uma frente militar formada pelo PCC e pelo KMT se forma e o Exército Vermelho fica conhecido como o 4º e 8º Exércitos da China (ANDRADE, s.d.; COGGIOLA, 2015).

Em 1941, a URSS assina um pacto de não agressão com o Japão deixando de lado os apelos feitos pelo PCC isso só fez com que a relação negativa entre a URSS e o PCC crescesse deste modo o Partido Comunista se viu forçado a conciliar o combate aos japoneses com as ações revolucionárias em prol aos camponeses apoiadores. Com a vitória dos Aliados e a rendição japonesa em 1945, no final da Segunda Guerra Mundial, a China se encontrava assolada e dividida, onde os dois lados, PCC e KMT, visavam a autoridade maior o controle do Estado (ANDRADE, s.d.; KISSINGER, 2015).

Chiang Kai Shek e o KMT parecia apoiado pelos dois lados com a rendição do Japão e a ocupação da Manchúria pelos soviéticos, o território foi entregue ao *Kuomintang*. Os exércitos do KMT também haviam sido armados pelos EUA que eram simpáticos a Chiang de forma que o PCC se viu novamente em uma situação onde o massacre de seus camaradas era evidente e assim a guerra civil no país que havia sido pausada em prol da expulsão dos japoneses no território chinês é retomada. Os EUA e a URSS tentam apaziguar a situação e em setembro de 1946, o general norte-americano George Marshall é enviado à China a fim de propor uma coalizão entre os dois partidos. A condição determinava a dissolução dos exércitos do PCC, medida essa que foi apoiada por Stalin mas recusada por Mao (COGGIOLA, 2015; KISSINGER, 2015).

Com a recusa, o KMT investe contra o PCC e seu Exército da Libertação (EPL) com apoio dos EUA. O fato da China passar por problemas internos como queda de salários e alta da inflação faz com que haja um maior recrutamento de trabalhadores e camponeses. Mao

retorna a ideia de divisão de terras e assim o Programa Agrário de 1947, acaba por abolir todas e quais dívidas sem compensação o direito à propriedade é anulado e as grandes propriedades são distribuídas as associações de camponeses pobres até 1948, mais de 100 milhões de camponeses receberam terras. Até o final do mesmo ano o KMT se encontrava isolado nas maiores cidades (ANDRADE, s.d.).

Stalin ainda tenta um acordo entre o PCC e o KMT, o que não ocorre. O Partido Nacionalista estava atolado em corrupção onde os generais do exército chegavam a vender armas aos comunistas. A população pobre se mostrava descontente com a situação, além de que a posição do KMT parecia muito mais inclinada ao interesse dos EUA em uma nação que durante décadas lutou contra as amarras imperialistas. O exército de Chiang Kai Shek se desestrutura e o EPL avança onde no início de 1949, Pequim é finalmente tomada pelo PCC e Chiang Kai Shek é obrigado a fugir para a ilha de Formosa (Taiwan) (ANDRADE, s.d.; COGGIOLA, 2015).

Com sua saída, os nacionalistas decretam a mudança da capital da República da China para Taipei e afirmaram que poupariam forças para um dia regressar ao continente. E assim mantiveram seu lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas” (KISSINGER, 2015, p. 101). Em 1º de outubro de 1949, é proclamado pelo PCC a República Popular da China (RPC).

2. 2. Da Ascensão de Mao Zedong a Abertura Política e Econômica de Deng Xiaoping

De acordo com Carletti (2008) os primeiros anos após a proclamação da República Popular da China (RPC) foram complicados onde 1951, foi totalmente focado na purgação de funcionários corruptos do *Kuomintang*. “A China de Mao era por desígnio um país em crise permanente desde os primeiros dias de governo comunista Mao desencadeou onda após onda de lutas. Ao povo chinês não seria permitido sequer repousar sobre suas conquistas. O destino que Mao prescreveu para eles era purificar sua sociedade a si mesmos mediante o empenho virtuosos” (KISSINGER, 2015, p. 105).

Por mais que Mao Zedong tenha conquistado a duras penas sua vitória o governo instaurado por ele ainda precisava da burguesia nacional voltada à questão econômica, pois em seu governo não haviam pessoas com tal aspecto técnico. E mesmo que essa breve aliança tenha acontecido, não significou um partilhamento de concepções, mas sim, que para chegar

ao seu objetivo de uma China estruturadamente comunista era necessária paciência (CARLETTI, 2008). A meta era de que uma espécie de missão especial de agitação permanente deveria ser empreendida de forma a sustentar o processo revolucionário até que o povo chinês tivesse se transformado (KISSINGER, 2015).

Em 1950 a reforma agrária começou a ser aplicada, porém, não conseguiu alcançar seus objetivos. O número de terras cultivadas que podiam de fato ser distribuídas tinham um número inferiormente desproporcional ao número de camponeses de forma que apenas cinquenta milhões de hectares puderam ser distribuídos. O principal objetivo da reforma era aumentar a produção do país, mas que para isso necessitava da modernização dos meios de cultivo, além da utilização de meios mecânicos no campo. De forma inicial, houve o incentivo por parte do governo a cooperativas voluntárias com o fornecimento de maquinário e assistência técnica, contudo pela falta de sucesso na questão a coletivização passou a ser obrigatória (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006).

Dois anos após a proclamação da RPC em 1951, o governo se deu conta das grandes raízes de corrupção que se instalavam em meio ao partido e que por conseguinte a economia do país estava sendo colocada em perigo devido ao grande volume de dinheiro que vinha sendo desviado e também usado para suborno por funcionários comunistas, ações essas que anteriormente haviam sido criticadas quando o *Kuomintang* estava presente no governo. Assim, foi lançada uma campanha onde o governo visou combater os três males: a corrupção, o desperdício e a burocracia chamada de Campanha dos “Três Anti”. A fim de abranger os capitalistas e não apenas membros do partido, em 1952, é lançada a “Campanha dos Cinco Anti” objetivando o combate ao roubo de propriedade do Estado, fraude, evasão fiscal, suborno e a obtenção de informação econômica através da corrupção. Pelas campanhas serem realizadas por meio de equipes de trabalho, acabaram se tornando órgãos efetivos do PCC atuando em todos os níveis locais provinciais e regionais, assim a punição aos próprios membros do partido foi aplicada com mais rigidez (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006).

Ainda com o pensamento de mudança, a primeira constituição chinesa foi desenvolvida em 1953, onde o órgão legislativo central era a Assembleia Nacional do Povo, responsável pela eleição do Presidente da República. Seguindo o ideal de revolução, a volta do investimento em indústria pesada retorna com a ajuda da URSS por meio do primeiro Plano Quinquenal (1953 - 1957). Em 1955 a coletivização da agricultura é acelerada e no final do ano é anunciado por parte do governo que todo o comércio e a indústria passaria ser do Estado

onde os antigos proprietários atuariam como administradores que seriam fiscalizados por funcionários do PCC (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006).

A primeira vez que divisões de pensamentos começaram a parecer dentro do partido se deram em 1956 durante o 8º Congresso Nacional do Partido. Durante o processo de modernização duas vertentes foram aparecendo. A primeira celebrava Mao como um revolucionário onde o mesmo tinha como missão livrar os chineses da fome e da miséria, levando o país a uma posição de destaque. Já a segunda enxergava de maneira realista a situação em que o país se encontrava e das dificuldades que deveriam ser superadas para que enfim a China pudesse ser um país economicamente autônomo e moderno. Esse segundo lado era representado por Liu Shaoqi e Deng Xiaoping. O Estatuto do partido mudou de forma que atingiu o poder de Mao Zedong de forma a adicionar quatro vice-presidentes quando anteriormente não havia nenhum, além de constituir um novo órgão do Comitê Permanente Politburo². Com essa mudança, Deng Xiaoping passou a ocupar o cargo de Presidente do comitê (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006).

Como forma de saber quais intelectuais apoiavam ou não o partido em 1965, Mao lançava a Campanha das Cem Flores. A mesma foi lançada como uma espécie de chamada onde os intelectuais poderiam apontar os erros do partido para que assim eles pudessem ser melhorados. As críticas começaram poucos meses depois após superado o medo de repressão tomaram tal proporção que tomou forma de protesto contra o partido, onde questões como a falta de liberdade de expressão e de imprensa foram levantadas. Rapidamente o partido se manifesta e um novo texto com novas linhas que haviam sido omitidas anteriormente vem à tona nela há a adição de pontos que as críticas deveriam respeitar e possuía tom de advertência. A campanha não passou de uma manobra de Mao a caçada de inimigos do partido e após ela uma campanha antidireitista foi lançada onde todos aqueles que haviam apontado críticas ao partido foram acusados de traição. Professores, estudantes, cientistas e também artistas foram condenados a trabalhos forçados, além de serem impedidos de retornarem a seus trabalhos usuais (MENDONÇA, 2009; FAIRBANK, GOLDMAN, 2006).

Após isso, em 1958, é lançado O Grande Salto Adiante tendo como slogan “Superar a Inglaterra em quinze anos”. A ideia central da realização do Grande Salto era a partir da mobilização da população com a criação de comunas e o aumento do trabalho nas cidades para a transformação do país como um todo na construção de novas cidades, estradas e

² Órgão decisório máximo da estrutura governamental da China (BACELETTE, 2012, p. 1).

rodovias, etc. Em abril foi criada a primeira comuna que envolvia a total coletivização da indústria, comércio, agricultura e artesanato. Contudo, a modernização dos meios de produção ficou a cargo de pessoas sem a devida especialização, sendo entregues a competência de voluntários. A população foi chamada para participar visando a realização dos seus maiores objetivos, o de aumentar a produção agrícola e duplicar a produção do aço para a indústria pesada (MENDONÇA, 2009; FAIRBANK, GOLDMAN, 2006).

Orientações de como as comunas deveriam cultivar foram lançadas por parte do Comitê Central do Partido de Pequim, que entrega instruções de plantio e uso de fertilizantes:

Além disso, os camponeses reunidos forçadamente nas comunas tinham perdido completamente o interesse pela terra e pela sua produção. Obrigados a consumir as próprias refeições nas cantinas das comunas, não tinham que se preocupar em levar para casa o necessário para se alimentar. A terra pertencia agora ao Estado e isso para os camponeses significava que de qualquer forma, trabalhassem ou não, eles receberiam o necessário para se sustentarem. De outro lado, a campanha para a produção incessante de aço tirava todos, inclusive os camponeses, das suas tarefas cotidianas. Desta forma, a agricultura ficou em segundo plano e isso resultou em uma diminuição alarmante da produção agrícola que juntamente às calamidades naturais que se abateram na China, provocaram o explodir da crise. Para piorar, Mao começou uma campanha contra os quatro males, ou seja, ratos, pássaros, moscas e mosquitos. Todos tinham que se mobilizar para matar todos estas espécies de animais. O resultado disso foi uma alteração do ecossistema que gerou uma invasão de insetos destruidores das poucas plantações que ainda davam colheitas (CARLETTI, 2008, p. 72).

Os péssimos resultados foram escondidos. Houve uma queda acentuada da produção agrícola além dos desastres naturais que assolaram o país na época. A União Soviética também retirou a ajuda financeira e os técnicos que havia fornecido devido ao estremecimento das relações entre os dois (MENDONÇA, 2009). Prevendo acusações pelo ocorrido, Mao se afasta e Liu Shaoqi que fazia parte da linha mais realista junto com Deng Xiaoping e é eleito como Presidente da República. A presença de Liu no cargo fez com que a linha programática do partido se firmasse. As comunas foram desmontadas e os camponeses puderam receber um pequeno pedaço das terras para seu sustento e cultivo. Os fornos foram fechados e aqueles que haviam sido afastados como técnicos e cientistas voltaram a seus trabalhos (CARLETTI 2008).

Os anos com Liu Shaoqi no governo puderam garantir certa liberdade nas mãos dos intelectuais, pois puderam ser aplicadas políticas mais moderadas. Contudo, com o retorno do poder nas mãos de Mao Zedong começou-se uma caça a intelectuais dando origem a Revolução Cultural com o apoio de sua esposa Jiang Ching. Jiang até então não havia participado da vida política, contudo junto com Lin Biao Chen Boda e Kang Sheng

conhecidos posteriormente como a Gangue dos Quatro foram responsáveis por montar uma lista de possíveis inimigos. A investida desta vez foi direcionada a instituições que tentavam barrar tal revolução. A massa popular de jovens é então chamada para rebater universidades foram fechadas e foi criada assim a Guarda Vermelha munidos com o livrinho vermelho que veio a se tornar o manual da Revolução Cultural contendo os pensamentos de Mao Zedong (MENDONÇA, 2009; CARLETTI, 2008):

Nenhuma instituição foi poupada das ondas de tumulto que se seguiram. Por todo o país, governos locais foram desfeitos em violentos confrontos com “as massas”, instigadas pela propaganda de Pequim. Distintos líderes do Partido Comunista e do Exército da Libertação Popular, incluindo líderes das guerras revolucionárias, foram vítimas do expurgo e submetidos a humilhação pública. O sistema educacional chinês - até então espinha dorsal da ordem social chinesa - estacou, com aulas suspensas indefinidamente de modo que a geração mais jovem pudesse andar pelo país e cumprir a exortação de Mao de “aprender a revolução fazendo a revolução” (KISSINGER, 2011, p. 197)

Mao aprovava os violentos ataques cometidos pelos Guardas Vermelhos e os encorajou a erradicar os “Quatro Velhos” - velhos costumes, velhos hábitos, velha cultura e velhas ideias - que de acordo com o pensamento maoista eram os responsáveis pelo enfraquecimento da China. Pessoas e monumentos foram visados, a aldeia natal de Confúcio foi arrasada e livros foram queimados. Dos mais de seis mil locais de interesse cultural e histórico localizados em Pequim, quase cinco mil foram destruídos com ressalva da Cidade Proibida e da praça Tiananmen, local onde Mao se reunia com a juventude (KISSINGER, 2011; CARLETTI, 2008).

Ainda não tendo alcançado seus objetivos, Mao direcionou os ataques aos membros do partido visando eliminar aqueles que não seguiam sua linha política. Liu Shaoqi e Deng Xiaoping foram atingidos por essa conduta. Liu Shaoqi foi torturado até a morte, onde a mesma só foi divulgada depois da morte de Mao Zedong temendo a opinião pública e Deng Xiaoping foi exilado. Internamente os Guarda Vermelhos também não estavam imunes a contravenções e acabaram por se dividirem em facções e seguiram suas próprias preferências. O conflito escalonou de tal forma que em 1968 Mao decide dispensar as Guardas Vermelhas enviando-os aos campos a fim de realizarem trabalhos manuais (CARLETTI, 2008; KISSINGER, 2011).

Ainda durante a Revolução Cultural, Mao quis levar o pensamento maoista para além das fronteiras da China e assim buscou países com quem pudesse estabelecer relações diplomáticas. Tentou se relacionar com os países ao redor e não obteve resultado, assim, se

aproximou dos Estados Unidos. Uma aproximação já havia sido tentada logo após a morte de Stalin que acabou por ser ignorada, onde a partir dali uma bandeira antiamericana havia sido erguida por Mao até 1971 a mando de Mao Zhou Enlai, Ministro do Exterior recebeu os jogadores do time americano de tênis. A medida foi bem vista e visando a abertura com o oriente, o presidente americano Richard Nixon (1969 - 1974) enviou o diplomata Henry Kissinger. No fim daquele ano a China passou a integrar a Organização das Nações Unidas (ONU) (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006).

A saúde de Mao Zedong começou a apresentar sinais de fraqueza por volta de 1971 e isso acabou o forçando a reintegrar o quadro do partido com aqueles que haviam sido expurgados. Entre eles Deng Xiaoping que foi chamado de volta em 1973. Deng Xiaoping entrou no Partido Comunista após participar de um programa de trabalho onde conheceu Zhou Enlai. Deng estudou na União Soviética e ao retornar a China se envolveu nas revoltas organizadas pelo PCC. Por vários anos esteve à frente do Exército de Libertação e esse envolvimento com os militares foi o que lhe ajudou nos anos em que viveu no expurgo. Quando Zhou Enlai ficou doente, Mao tentou substituí-lo com Wang Hongwen, um rebelde que atuou consigo durante a Revolução Cultural - e mais novo membro da Gangue dos Quatro - contudo Wang não tinha os atributos necessários para atuar no cargo, fazendo com que Mao não tivesse outra opção. Deng é integrado na Comissão Militar e no Politburo quando a saúde Zhou Enlai se agrava com a descoberta de um câncer. (CARLETTI, 2008).

Deng teve uma boa aproximação com Zhou ainda em vida. Tentou melhorar o cenário de vida dos chineses, mas com a morte de Zhou Enlai em janeiro de 1976 mudou todo o panorama político. Em abril, milhares de chineses foram ao Monumento aos Heróis do Povo na praça Tiananmen com o intuito de prestar homenagens a Zhou com poemas e coroas de flores. Nos poemas era possível perceber críticas a Mao e sua esposa Jiang Qing. Durante a noite tais homenagens foram removidas causando um confronto entre as pessoas e a polícia, o episódio ficou conhecido como “Incidente de Tiananmen” de 1976. Mao foi persuadido pela Gangue dos Quatro de que os protestos contra revolucionários haviam acontecido devido à linha reformista de Deng que dois dias depois das homenagens prestadas a Zhou foi proibido de ocupar qualquer cargo no partido. Mao ordenou sua prisão e fez uma denúncia pública e Hua Guofeng assume o cargo de Zhou Enlai (CARLETTI 2008; KISSINGER 2011).

Mao Zedong morreu cinco meses após Zhou Enlai por problemas internos o partido ficou sem um sucessor direto e enquanto vivo Mao começou a dar forma à sua sucessão com Hua Guofeng:

E quando Mao morreu, pouco depois, Hua Guofeng herdou suas posições como presidente do Partido e da Comissão Militar Central, embora não necessariamente sua autoridade. Conforme subiu nos escalões da liderança chinesa, Hua adotou o culto à personalidade de Mao, mas exibindo pouco do magnetismo pessoal do predecessor. Hua batizou seu programa econômico de “O Grande Salto para Fora”, em infeliz eco da desastrosa política industrial e agrícola maoísta dos anos 1950 (KISSINGER, 2011, p. 321).

Hua manteve-se fixo na linha política de Mao, continuando suas críticas a Deng Xiaoping e idealizou a política dos “dois quaisquer” “Apoiaremos resolutamente quaisquer decisões políticas tomadas pelo presidente Mao e seguiremos inquestionavelmente quaisquer instruções dadas pelo presidente Mao” (KISSINGER, 2011, p. 322) tal posição não durou muito tempo. O que faltava a Hua era uma base política. Mao o havia escolhido por não pertencer a nenhuma das facções internas do partido, só que com a morte de Mao ele tentou balancear os preceitos de coletivização com os ideais modernistas de Deng Xiaoping. Hua cada vez mais foi rejeitado por falta de pragmatismo (CARLETTI, 2008; KISSINGER, 2011)

Saindo de seu segundo exílio em 1977 e sendo naquele momento subordinado de Hua Deng Xiaoping rapidamente começou sua visão para a modernidade da China. Hua e Deng divergiam quanto ao rumo que a China deveria tomar enquanto Hua defendia preceitos mais ortodoxos como produção agrícola baseada em comunas e mecanização do campo, Deng ia para o lado onde bens de consumos deveriam ser priorizados na indústria pesada e que o Partido deveria ser menos adverso e o governo mais descentralizado (KISSINGER, 2011):

O objetivo principal de Deng era levar a China a realizar as quatro modernizações, anunciadas pela primeira vez por Zhou Enlai já nos anos 70. Modernização da agricultura, da indústria, da defesa e da ciência e tecnologia. Para realizar isto, uma primeira iniciativa estratégica de Deng Xiaoping foi chamar de volta todos os intelectuais que haviam sido expulsos durante a Revolução Maoísta, quando imperava a convicção de que o saber seria uma característica burguesa (CARLETTI, 2008, p. 111).

A reabilitação dos intelectuais era de certa forma uma maneira de deixar claro que a Revolução Cultural não estava eximida de erros, muito menos Mao Zedong, contudo, os ataques à personalidade de Mao se limitaram de 1957 em diante. Deng usou a mesma fórmula de quando Mao julgou Stalin 30% correto e 70% errado. O motivo de não colocá-lo totalmente como errado vem da questão de que ao fazê-lo abriria precedentes para negar a legalidade da revolução comunista (CARLETTI, 2008; KISSINGER, 2011):

Ocorria, portanto, dividir Mao em duas personalidades. O que Mao fez a partir de 1957 foi criticado, admitindo que o grande líder chinês havia errado e levado a China ao fracasso não somente dos recursos econômicos, mas, também, daqueles culturais. Ao contrário, a época juvenil de Mao foi salva, e até reforçada. O pensamento de Mao, antecedente à época trágica da China foi revitalizado, colocado em luz como o fundamento da sociedade chinesa (CARLETTI, 2008, p. 112).

Em 1978, em Pequim se formou então o “muro da democracia” um local onde a população escrevia seus pensamentos contra o partido. Em primeiro momento Deng apoia o movimento visando se firmar na então atual posição política, porém quando ela se consolida ele passa a reprimir o movimento por meio de prisões e condenações além de lançar seus “quatro princípios” fundamentais (MENDONÇA, 2009) prosseguir no caminho do socialismo; 2) apoiar a ditadura do proletariado; 3) apoiar a orientação do Partido Comunista; 4) apoiar o Marxismo-Leninismo e o Pensamento de Mao” (CARLETTI 2008 p. 113). No mesmo ano ocorre a Terceira Plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista Chinês onde Deng lança o slogan de “Reforma e Abertura” (KISSINGER, 2011).

Para que o desenvolvimento econômico do país ocorresse era necessário que o mesmo fosse estável. Enquanto internamente Deng Xiaoping tenha se “fechado” para qualquer tipo de democratização que pudesse ocorrer na questão externa, veio à prática a política de Porta Aberta. O ponto a pé inicial de tal política ocorreu com o início das relações diplomáticas entre China e Estados Unidos e se incrementou ao receber e enviar delegações. A iniciativa privada foi estimulada e a terra dividida, por mais que ainda pertencesse ao Estado os camponeses que a recebiam entregavam parte da colheita ao Estado, mas o sobressalente poderia ser vendido em mercadinhos para benefício próprio. Também houve a promoção de abertura de empresas privadas onde os empresários seriam responsáveis pelas mesmas todo o conjunto fez com que a economia do país pudesse florescer (CARLETTI, 2008).

Em 1980, com a aprovação da lei sobre *joint-ventures* são lançadas as primeiras Zonas Econômicas Especiais (ZEES). Nessas zonas há uma maior liberalização para a produção além de grandes incentivos e o baixo número de barreiras. Dois anos depois, em 1982, as comunas populares são desmontadas e em 1984 surgem as zonas de desenvolvimento especial (ABI-SAD, 1996; MENDONÇA, 2009):

Aspectos políticos, apesar de mais sensíveis, passaram pelo crivo das reformas. Deng insistia numa separação mais clara entre partido e Estado, na descentralização, no desenvolvimento do sistema legislativo, na transferência de muitas decisões para o nível local, além da já comentada substituição gradual dos quadros do partido, de um lado com a introdução de critérios meritórios e de competência para ingresso, de outro lado com o afastamento dos quadros mais antigos e vinculados a Mao Tsé-tung (MENDONÇA, 2009, p. 30).

Por mais que a situação da política externa trouxesse frutos, a questão interna do país era sensível devido às instabilidades causadas por descontentamento vindo de intelectuais. Pela liberdade que o grupo adquiriu, vários intelectuais escreveram artigos onde falavam de liberdade, da ausência de direitos humanos e também de diversidade política. O intelectual tinha de forma indireta apoio de Hu Yaobang, que no momento era o secretário-geral do partido e que junto com Deng Xiaoping tinha sido exilado durante a Revolução Cultural. As requisições ganharam força e viraram manifestações pedindo liberdade de imprensa e democracia no final do ano de 1986 em Xangai. Os movimentos aumentaram e chegaram à praça de Tiananmen e como medida o governo decide fechar a praça (CARLETTI, 2008).

Com a demissão de Hu Yaobang em 1987 há um escalonamento da crise política onde o partido se encontrava ainda mais dividido. De um lado haviam os conservadores que não apoiavam as reformas econômicas e os liberais (restringidos no sentido econômico) que viam com positividade as reformas econômicas analisadas a partir da perspectiva do bem-estar dos chineses (CARLETTI, 2008):

Durante o ano de 1988 foram feitas duas importantes emendas à Constituição: a primeira legitimou a iniciativa privada, definindo o setor privado complementar ao setor público; a segunda permitia a transferência dos direitos sobre a terra de acordo com a lei, a terra continuava a ser de propriedade do Estado, mas foi concedido o “direito de uso” dela, que permitia a transferência dos direitos de uso a outras pessoas mediante pagamento.

Estas duas emendas foram fundamentais para o desenvolvimento econômico chinês, especialmente no âmbito do crescimento imobiliário e do setor da importação e exportação. O sucesso das reformas econômicas, não conseguiu, porém, evitar os seus efeitos colaterais.

O setor conservador do Partido Comunista se aproveitava disso para alarmar sobre o perigo do desenvolvimento econômico da forma planejada por Deng Xiaoping (CARLETTI, 2008, p. 164).

Em 1989, Tiananmen volta a ser palco de grandes protestos, desta vez em decorrência da morte de Hu Yaobang. Parecido com o movimento que ocorreu com a morte de Zhou Enlai, estudantes começaram a se organizar. Em 18 de abril o primeiro protesto ocorre com brados pedindo liberdade, o fim da burocracia e corrupção. Na praça o movimento se dispersou após a cerimônia fúnebre em 22 de abril, contudo o movimento continuou nas universidades. Observando a proporção do movimento, o governo logo passa a condenar as revoltas. Os protestos foram pautados como rebeliões contra a pátria e como resultado em 27 de abril um desfile foi organizado onde os estudantes pediram que o movimento estudantil fosse reconhecido como patriótico (CARLETTI, 2008).

Em 4 de maio, o secretário-geral do partido Zhao Ziyang discursou se mostrando tolerante ao levante. O discurso não causou efeito e durante a visita de Gorbachev, então presidente da URSS, os estudantes começaram uma greve de fome. A revolta dos estudantes não é apaziguada pelos apelos de Zhao e a partir de então começam a atacar Deng Xiaoping abertamente. Por decisão da cúpula chinesa, a lei marcial é declarada no país a fim de cessar os movimentos estudantis. Pelo ocorrido, a imprensa internacional volta os olhos para o movimento e os estudantes inflados com a atenção atacam o retrato de Mao, um dos símbolos da RPC. Em 4 de junho o movimento estudantil entra em conflito com o exército. A cena emblemática de um único estudante tentando parar um tanque é transmitida internacionalmente e milhares de pessoas morreram (CARLETTI, 2008).

Zhao Ziyang era um importante aliado de Deng Xiaoping e com sua demissão ele não teve opção a não ser deferir a nomeação de Jiang Zemin - secretário do Partido em Xangai - como novo secretário-geral do partido. Com o ocorrido em Tiananmen, a China passou a sofrer sanções de países ocidentais, prejudicando seus avanços na política externa. O tão sonhado desenvolvimento econômico é pausado devido à falta de investimento estrangeiro. Internamente as duas linhas do partido tem seu conflito escalonado em principal pela queda da União Soviética a ala mais conservadora ainda acreditava que ao persistir no desenvolvimento econômico o fim da China seria o mesmo (CARLETTI, 2008).

Membros da linha conservadora do partido culpavam a política revolucionária e Deng pela crise. Para Deng e Jiang, que tinham um pensamento mais parecido sobre qual direção a China deveria tomar, concordavam que “A estrutura política chinesa [...] poderia receber novo impulso com a aceleração do programa de reforma. Eles enxergavam a melhoria do padrão de vida e o aumento da produtividade como a melhor garantia de estabilidade social” (KISSINGER, 2011, p. 425). As portas de sua aposentadoria como um último ato, Deng começou uma série de viagens no sul do país, assim, dando prosseguimento ao plano de liberalização econômica e montando a base de apoio político necessária para as reformas de Jiang Zemin.

O XIV Congresso do Partido Comunista, em outubro de 1992, aplaudiu a “economia socialista de mercado”. Também foram aprovadas mudanças quanto ao estatuto do Partido, aceitando as teorias de Deng onde o “socialismo com características chinesas” fariam parte do pensamento base do Partido Comunista ao mesmo nível do pensamento marxista e o de Mao Zedong. Outra questão foi que a linha política de reformas econômicas de Deng foi aceita

durante cem anos, pois segundo ele dessa forma era garantido que a China não retroceder e nem perderia sua chance de se tornar uma potência. Deng Xiaoping se retira da vida pública e deixa Jiang Zemin como seu sucessor que naquela altura já havia consolidado sua posição. Deng morreu em 1977.

Durante os governos de Mao Zedong, Deng Xiaoping e Jiang Zemin os intelectuais foram um grupo que sempre esteve em meio às relações governamentais. Durante os anos de Mao Zedong tal grupo foi perseguido e banido em primeiro momento durante a política das Cem Flores e posteriormente com maior força durante a Revolução Cultural. Esses intelectuais foram admitidos durante o governo de Deng Xiaoping e puderam com certa abertura tecer algumas críticas. Na transição de governo, Jiang Zemin continuou em parte com a política pragmática de Deng, porém direcionada ao campo econômico. Jiang intensificou o controle da mídia e da política e organizações independentes de intelectuais foram repreendidas. Os chineses na totalidade não podiam criticar publicamente o partido e nem seus líderes e aqueles que fizeram foram silenciados (FAIRBANK, GOLDMAN, 2006).

2. 3. Relação demográfica da China

A história da relação demográfica da China teve um início conturbado. Isso se deve a forma com que o controle populacional é visto negativamente dentro da teoria marxista que acredita que esse controle pode ser usado pela classe burguesa para manter-se no poder. Há um breve desenvolvimento dos estudos demográficos no final dos anos 1950 quando surgem o primeiro centro de investigação populacional, o Population Geography Research Office fundado na Universidade Normal da China Oriental, porém, durante os anos da política das “Cem Flores” com o retorno de ideais marxistas ortodoxos o centro é fechado e as investigações se extinguem (GREENHALGH, 1990).

O Dr. Ta Chen professor de Sociologia da Universidade de Tsinghua, localizada em Pequim, concedeu uma entrevista em 1950 onde falava sobre os problemas demográficos da China. Ele disse que naquele ponto se havia uma incógnita sobre os dados fundamentais relativos à população chinesa quanto a sua demografia e que isso estava relacionado a ineficácia dos serviços governamentais da época, além da lentidão no desenvolvimento das ciências sociais, além das condições insatisfatórias no campo econômico-social (CHEN; MODIANO, 1950).

É importante lembrar que o contexto da entrevista ocorre pouco depois da Revolução Chinesa de 1949. Para o autor, até aquele momento talvez não se soubesse com exatidão o número de habitantes do país. De acordo com o Bureau da População do Ministério do Interior (*s.d.* apud CHEN; MODIANO, 1950) a estimativa era de que a população do país fosse de pouco mais de 462 milhões de habitantes. O problema poderia ser resolvido com as práticas de recenseamento praticadas no ocidente, contudo, graças a alguns fatores aquilo não poderia ocorrer no momento, pois além da China, estar sofrendo com os problemas da guerra civil o país ainda contava com a ausência de pessoal especializado para tal façanha.

Uma investigação em nível nacional deveria permitir que informações confiáveis sobre a composição populacional e os grupos pela qual são divididos por meio das principais características individuais como sexo, idade, casamento, etc. fossem obtidas. A estabilidade política e a paz pareciam constituir as condições básicas para o crescimento populacional:

A guerra civil, que se prolonga há anos e cujo fim ainda não se pode prever, e a segunda guerra mundial que atingiu quase toda a população chinesa, deveriam ter impossibilitado qualquer crescimento, digno de nota, da população chinesa. Além disso, as fomes e as epidemias que flagelam diversas regiões sustaram e sustentam ainda o aumento regular dessa população. Mas não se deve concluir por isso que a população da China não tenha variado; o que se pode dizer é que os aumentos ocorreram com intervalos irregulares e imprevisíveis. Em outras palavras, o aumento da população chinesa não se processa em curva ascendente, assumindo antes uma forma cíclica CHEN; MODIANO, 1950, p. 45).

Com uma nova estrutura social surgindo na China com a questão da modernização da indústria e do comércio, os trabalhadores tiveram à sua disposição um aumento do número de vagas de emprego assim como melhores remunerações. E parte destes fatores econômicos-sociais explicam a evolução demográfica da China, porém com ausência de dados exatos e confiáveis não é possível analisar o tema com a profundidade com que se deveria:

Segundo certos dados relativos aos índices de natalidade e de mortalidade em diversas regiões relativamente pouco extensas, pode-se calcular, no conjunto da nação, uma taxa de natalidade provável de 40 por 1.000 habitantes e de óbitos, de 35 por 1.000 habitantes. A taxa de mortalidade infantil pode ser calculada em 275 por 1.000 nascimentos, o que representa um acréscimo anual de cinco indivíduos por mil habitantes (CHEN; MODIANO, 1950, p. 46).

Uma das consequências provocadas pela guerra civil foram as migrações ocorridas. Primeiro, tem-se as zonas onde ocorrem as operações militares, por medo as pessoas que viviam ali por não se sentirem mais seguras abandonam suas casas e se mudam com a família. Tal fato principalmente quando há uma troca de poder político na região não raras essas

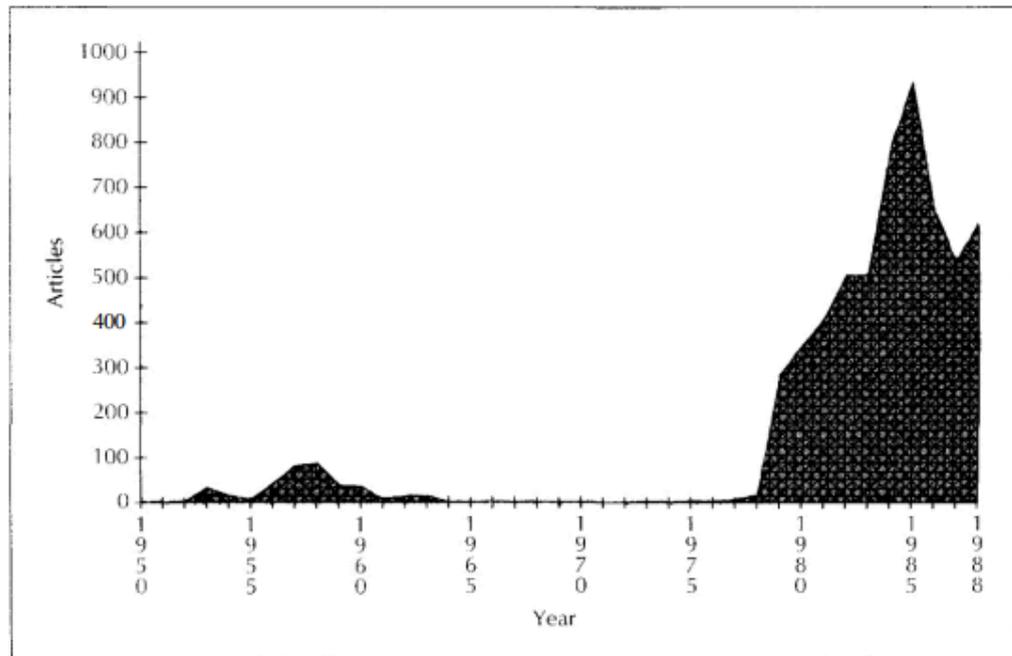
mudanças seguem-se de desordens e perturbações dos mais variados tipos. Outro fator que também levam a essas emigrações são as catástrofes naturais.

A questão da falta de compreensão sobre a demografia chinesa também é um fato levantado por William Lavelly James Lee e Wang Feng (1990). Eles apontam a falta de demógrafos e a baixa existência de dados disponíveis. “É justo dizer que a China era ao mesmo tempo, a maior e a menos conhecida de todas as populações humanas (p. 807, tradução nossa)”³. De acordo com os autores, quaisquer estudos sobre a população chinesa eram impedidos graças a política interna da República Popular da China, que fez com que a demografia das ciências sociais chinesas fossem banidas em 1963 e em 1971 e as investigações fossem desencorajadas nas áreas rurais pelo alastramento do sentimento a anti-intelectualidade.

A mudança começa a ocorrer a partir de 1978, quando o pragmatismo econômico e empirista foi abraçado enquanto a ortodoxia maoista foi sendo deixada de lado. O governo renovou seu mecanismo de pesquisa de dados demográficos e criou novas instituições de investigação e formação, além de tornarem as informações acerca da demografia pública. O aumento do domínio quanto a questão demográfica do país se deve ao aumento das publicações sobre o tema desde 1979, além do interesse do governo nos problemas relacionados à população.

³ It is fair to say that China was at once the largest and the least known of any human population (LAVELY, LEE, WANG, 1990, p. 807)

Gráfico 1. Artigos demográficos publicados de 1950 - 1988



FONTE: Os números de 1949 a 1982 são em grande parte um resumo de via Zhongke 1983. *Renton yanjiti Lilian suoyin*, 7 975-7 982 (Bibliography of Population Materials, 1913-1982). Lanzhou University Population Research Group. Os números de 1983, 1984 e 1985 são do *Bacaan ziliao suoyin renkou* (Index of Newspaper and Journal Articles on Demography), enquanto os números de 1986, 1987 e 1988 são derivados dos índices bimestrais incluídos no *Fuyin baokan ziliao' reckon* (Republished Newspaper and Journal Articles on Demography). Beijing: Universidade do Povo Chinês.

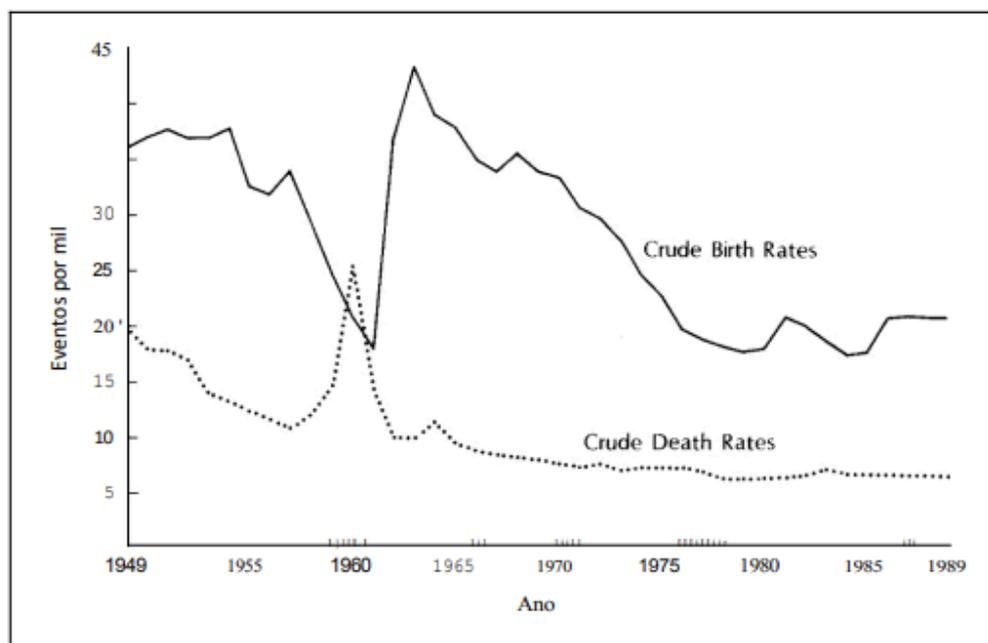
Fonte: LAVELY, LEE, FENG, 1990

Como pode ser observado no gráfico entre as décadas de 1960 a 1970 há uma suspensão da publicação de artigos quanto a demografia para um verdadeiro boom a partir da década de 1980 (LAVELY, LEE, FENG, 1990). O interesse por parte do governo tinha um fim não direcionado a fins educativos, mas sim, o de apoio à política de planejamento familiar. A falta de demógrafos foi um dos pontos que acabou por limitar a análise demográfica, contudo graças ao apoio internacional vindo das Nações Unidas fez com que ocorresse um acelerado crescimento demográfico (GREENHALG, 1990).

De acordo com alguns dados demográficos, o censo de 1982 foi esclarecedor quanto a demografia das três primeiras décadas da República Popular da China. O censo de 1982 foi de grande importância não apenas por ter sido o maior já realizado, mas também pela exatidão de seus dados. Ao contrário dos censos de 1953 e 1954, o de 1982 foi publicado. O rápido progresso trouxe clareza quanto a história demográfica da China de forma que foi possível

observar a dimensão e a transição demográfica. “A China registrou primeiro uma transição de uma mortalidade elevada para uma baixa entre 1950 a 1965 e relativamente mais tarde uma transição de uma fecundidade elevada para uma fecundidade moderada entre 1963 a 1980 (LAVELY, LEE, FENG, 1990, p. 8). No gráfico abaixo é possível observar a queda das taxas brutas de mortalidade que eram de 20 por mil no começo da década de 1950 para menos de 10 por mil até no final da década de 1960. Quanto às taxas brutas de natalidade que em 1950 eram de mais de 35 mil ficaram em torno de 20 mil em 1980.

Gráfico 2. Taxas brutas de mortalidade e natalidade de 1949 a 1989



FONTE: Os números de 1949 a 1987 são de 1988 *Zhongguo tongji nianjian* (Anuário Estatístico Chinês de 1988). Beijing: China Statistical Press. Os números de 1988 são do *People's Daily* (Over sea Edition) de 2 de março de 1989. Os números de 1989 são do *Zhongguo renshu* (Chinese Population Journal), 5 de fevereiro de 1990.

Fonte: LAVELY, LEE, FENG, 1990

Entre o final dos anos de 1950 e início de 1960 a estimativa de mortes girava em torno dos 20 a 30 milhões, balanceando com o número de nascimentos atrasados com o mesmo número. Por mais que o clima como um todo também tenha favorecido todo esse problema, estava relacionado ao Grande Salto Adiante:

A taxa de fecundidade (TFR) - o número de filhos que uma mulher teria durante a sua vida se experimentasse, em cada idade, as taxas de fecundidade de um determinado ano - foi, em média, de 6,5, antes de despencar durante os anos de fome de 1959-61. Após um boom de fertilidade pós-fome, a fertilidade urbana começou a diminuir rapidamente em 1963, em resposta a uma campanha governamental para

limitar os nascimentos. A fecundidade rural permaneceu elevada, tendo começado a registrar um declínio sustentado em 1971, em resposta à campanha "wanxishao" (mais tarde, mais tempo, menos). Entre 1970 e 1980, a fertilidade rural diminuiu 60 por cento, uma taxa sem precedentes para qualquer grande população⁴ (LAVELY, LEE, FENG, 1990, p. 814, tradução nossa).

O conhecimento ocidental também foi importante na pesquisa de demográficos históricos que relataram em seus estudos que nos quatro séculos anteriores a 1900 a taxa de fertilidade conjugal da população chinesa era comedida em relação a populações europeias. As baixas taxas de fertilidade podem e parte serem resultado de infanticídios. A cidade de Liaoning, cidade localizada no nordeste da China, é usada como exemplo. Nela os pais constantemente recorriam ao infanticídio como meio de aborto pós-natal, assim, o sexo e o número de filhos poderiam ser controlados (LEE, 1989 apud LAVELY, LEE, FENG, 1990). Essas mortes geralmente não eram publicadas e só passaram a serem deduzidas em razão a algumas variáveis econômicas e sociais e ao nascimento de meninos. Estudos acerca da mortalidade neonatal nos séculos XVII e XIX apontam que as taxas de mortalidade feminina eram de 260 por mil durante o primeiro mês de vida, contrabalanceando com 70 por mil da taxa de mortalidade masculina. O infanticídio era praticado independente da classe social (LAVELY, LEE, FENG, 1990).

Os dados demográficos também acabaram por revelar alterações especiais da maneira como a população se comportava. Estudos sugerem que nas regiões da Costa Sudeste e do Baixo Yangzi se criou uma cultura de complexo cultural de repressão de gênero (TIEN 1988 apud LAVELY, LEE, FENG, 1990). Outro fator observado foi como a questão hierárquica influenciou a conduta demográfica individual. Ainda usando Liaoning como exemplo, por mais que os chefes de família casassem mais cedo e tivessem mais filhos que seus irmãos mais novos, de maneira proporcional, eles teriam menos filhas devido à necessidade de terem herdeiros:

Os processo demográficos influenciam e são influenciados, por sua vez, pelos processos sociais. Um exemplo é a interação de fatores demográficos e socioeconômicos na urbanização da China e na formação do dualismo específico da sociedade chinesa. A acentuada divisão urbano-rural, resultado dos esforços do estado para controlar a urbanização, tem ramificações contínuas nos processo demográficos e na mudança social. O controle estatal dos movimentos populacionais tem sendo marca registrada da migração e da urbanização na China até recentemente,

⁴ The Total Fertility Rate (TFR)-the number of children a woman would bear in her lifetime if she experienced at each age the fertility rates of a given year-averaged 6.5 before plunging during the famine years 1959-61. Following a post-famine fertility boom, urban fertility began a rapid decline in 1963 in response to a government campaign to limit births. Rural fertility remained high, beginning a sustained decline in 1971 in response to the "wanxishao" (later, longer, fewer) campaign. Between 1970 and 1980, rural fertility declined 60 percent, an unprecedented rate for any large population# (LAVELY, LEE, FENG, 1990, p. 814).

e continua a ter grande influência⁵ (LAVELY, LEE, FENG, 1990, p. 823, tradução nossa).

No cenário da recém-fundada República Popular da China, o país se encontrava imerso na pobreza e devastação e com um setor industrial deficiente causado pela guerra. Viu-se a agricultura como melhor caminho para o desenvolvimento do país e com isso mão de obra disponível era crucial. Assim, Mao Zedong criou uma política de incentivo à natalidade familiar “mais pessoas, mais força” e foi nesse contexto que surgiram as “mães heroínas” mulheres que chegaram a criar de seis crianças a mais. Isso aumentou o número da população do país radicalmente. Posteriormente, esse crescimento se mostrou insustentável e com isso se viu a necessidade da aplicação do planejamento familiar. Ma Yinchu, um demógrafo chinês, apresentou ainda na década de 50 uma “nova teoria demográfica”. Tal teoria discorria sobre um indispensável controle de natalidade, contudo sua teoria foi fortemente criticada e ninguém aceitou sua ideia (RUI, 2011).

Pouco antes da proclamação da RPC o crescimento populacional já era um fator que demandava atenção, fazendo com que o governo vigente implementasse uma política de Planejamento Familiar. Ainda na mesma década a distribuição de alimentos se mostrou insuficiente e isso acabou fazendo com que as competências chinesas iniciassem um controle mais rígido de natalidade. Os efeitos do Grande Salto Adiante foram sentidos com uma taxa de mortalidade maior que a de natalidade, contudo a partir de 1963 com a questão da fome mais controlada, a taxa de natalidade volta a crescer (RUI, 2011).

Com a Revolução Cultural em 1966 a China revogou um dos programas de Planejamento Familiar, porém, o mesmo retornou quatro anos depois acrescido de um terceiro programa de controle de natalidade. Esses programas de Planejamento Familiar foram substituídos pela Política de Planejamento Familiar de 1979 que permitia apenas uma criança por família e assim o crescimento populacional do país começou a ser mais lento (RUI, 2011). Esse foi o contexto em que a Política de Filho Único foi emergindo. No próximo capítulo se buscará evidenciar de que tratava essa Política Pública e de que forma ela foi implementada no território chinês.

⁵ Demographic processes influence and are influenced in turn by social processes. An example is the interplay of demographic and socioeconomic factors in China's urbanization and in shaping the particular dualism of Chinese society. The sharp urban-rural divide, an outgrowth of state efforts to control urbanization, has continuing ramifications for demographic processes and social change. State control of population movement has been the hallmark of migration and urbanization in China until recently, and is still highly influential#. (LAVELY, LEE, FENG, 1990, p. 823).

2. 4. Teorias de Controles Demográficos.

A crescente preocupação com o crescimento populacional vem de um amplo desenvolvimento advindo de teorias e aspectos sobre o assunto. A discussão sobre o controle de natalidade teve início ainda durante a Revolução Industrial na Inglaterra, onde as discussões sobre contracepção se ataram com os temas de crescimento populacional e o aumento da pobreza. As ideias de Thomas Malthus se difundiram em seu livro *Ensaio sobre o Princípio da População* que explanou sobre os resultados de um futuro sem um controle populacional quanto a seu acelerado e incontrolável crescimento (BHERING, 2014; FERRAZ, GONÇALVES, 2021).

A ideia de Malthus é de quando não existe um controle populacional, o crescimento desta ocorrerá em diferentes dimensões se compararmos com os recursos necessários para a manutenção da vida. Desta forma, tanto a população quanto a escala de alimentos deve ser mantidas na forma de um crescimento proporcional, havendo a necessidade de se monitorar a população para que a questão de subsistência seja solucionada (FERRAZ, GONÇALVES, 2021; GALVÊAS, 1996).

Os problemas sociais foram relacionados pelo Estado e pela burguesia ao aumento da população pobre e para resolver a situação seria necessário a aplicação de políticas sociais a este grupo a fim de reduzir sua reprodução. Em síntese, o parlamento inglês aprovou a Lei dos Pobres que seriam aplicadas pelos magistérios e pelos oficiais paroquiais. Com essa lei, os trabalhadores deveriam ser enviados a uma casa de trabalho (*workhouse*) onde receberiam apenas o necessário para a sobrevivência, assim, residindo nessas moradias os homens viveriam longe de suas esposas e com isso a procriação seria evitada (BHERING, 2014; GALVÊAS, 1996).

Em meados do século XIX, o neomalthusianismo surgiu como uma nova definição do controle de natalidade. Neste novo panorama as formas de controle passaram a ser relacionadas com os contraceptivos. Os primeiros questionamentos acerca da transição demográfica surgiram em razão as quedas das taxas de mortalidade e natalidade de países desenvolvidos durante os séculos XIX e XX que tinha relação com o desenvolvimento e ajudariam na questão do crescimento econômico (FERRAZ, GONÇALVES, 2021; CORRÊA, JANNUZZI, ALVES, 2006):

Contudo, o arcabouço da teoria da transição demográfica utilizado para analisar o caso dos chamados países do Terceiro Mundo levou a conclusões diferentes. Os primeiros demógrafos que analisaram esta questão, argumentaram que a queda das taxas de mortalidade nos países não industriais, após a Segunda Guerra Mundial, se deu de forma exógena, isto é, devido à importação de tecnologias médicas e sanitárias oriundas dos países industriais. Assim, a queda das taxas de mortalidade, especialmente da mortalidade infantil, teria ocorrido sem a transformação das estruturas sociais e econômicas e, sem estas transformações, as taxas de natalidade tenderiam a continuar elevadas. Desta forma, na segunda metade do século XX, os países com estruturas predominantemente agrárias e rurais tendiam a apresentar elevadas taxas de crescimento demográfico, decorrentes de uma mortalidade em queda num quadro de elevadas taxas de fecundidade (CORRÊA, JANNUZZI, ALVES, 2006), P. 2).

Existem algumas teorias sobre o controle demográfico, entre elas a) Teoria Malthusiana; b) Teoria Neomalthusiana; c) Teoria marxista; e por fim a d) Teoria da Transição Demográfica.

a) Teoria Malthusiana

Em 1750, no início da Revolução Industrial, a Grã-Bretanha contava com mais de 5 milhões de pessoas e assim o pesquisador Thomas Malthus em 1998 lança a Teoria sobre o Crescimento Populacional com ideais de redução populacional (controlistas) ao mesmo tempo, em que observava o crescimento populacional comparando-o com o crescimento de matérias-primas e alimentos (FERRAZ, GONÇALVES, 2021). De forma básica, o pensamento de Malthus defendia a castidade e o casamento tardio. A Teoria Malthusiana se baseava em dois argumentos anti-populacionistas o primeiro dissertava sobre o princípio da população⁶ e o segundo sobre a exclusão dos pobres sem recursos do direito à vida - do grande banquete da Natureza⁷ (BANDEIRA, 1996). Este segundo argumento foi fortemente reprovado e assim foi retirado nas edições seguintes de seu *Ensaio*. Bandeira (1996) expressa que tal elemento ficou marcado para sempre na teoria malthusiana e que pode de maneira implícita inspirado ações anti-populacionistas em alguns governos, como a China (p. 10).

b) Teoria Neomalthusiana

Retornando ao *Ensaio sobre a População*, Malthus preconizava sobre a incompatibilidade entre a capacidade reprodutiva dos indivíduos e a produção dos meios de subsistência em circunstância de que uma população não controlada tende a crescer em progressão geométrica ao passo que os meios de subsistência aumentam em progressão

⁶ O poder de crescimento da população é infinitamente maior do que o poder da terra para produzir as subsistências do homem (BANDEIRA, 1996, p. 9)

⁷ Um homem que nasceu sem que seus pais não pudessem lhe alimentar e onde a sociedade não necessitava de seu trabalho, não tem direito de reivindicar a menor parcela de alimento, de forma que no grande banquete da Natureza, não há lugar para ele (BANDEIRA, 1996, p. 10).

aritmética (MENDONÇA,2014; FERRAZ, GONÇALVES, 2021). Malthus reiterou que algo pior até aquele momento não havia ocorrido, pois fatores repressivos e preventivos que retardaram o crescimento indefinido da população haviam sido tomados:

Para ele, os elementos repressivos, tais como as epidemias, as doenças causadas pela fome, as guerras e a insuficiência de certos fatores de produção, especialmente a terra, tendem a aumentar a mortalidade, reduzindo, portanto, o contingente populacional. Já os preventivos são de ordem moral, decorrentes da utilização voluntária de meios de controle da natalidade, e devem ser incentivados (MENDONÇA, 2014, p. 360).

Desta forma, uma família só viria a ser constituída quando o homem dispusesse de meios suficientes para mantê-la. A ideia do neomalthusianismo foi tão disseminada como um movimento de intervenção social que mais adiante foi reconhecido como controle de natalidade, tendo Margaret Sanger⁸ como a principal impulsionadora onde a defesa de contenção reprodutiva de forma invasiva, como por exemplo, a esterilização em doentes mentais e aqueles mais pobres foi defendida. Desta forma a teoria neomalthusiana defendia a aplicação de métodos invasivos e a promoção de métodos contraceptivos de forma extensiva a certos grupos populacionais onde de acordo com Sanger, eram tidos como inferiores e assim não deveriam se reproduzir (FERRAZ, GONÇALVES, 2021).

c) Teoria Marxista

A Teoria Marxista vai contra os pensamentos do Malthusianismo e Neomalthusianismo, onde “Marx é um severo crítico desta concepção, opondo-lhe tanto a questão metodológica quanto os seus equívocos teóricos derivados de sua concepção metafísica ligada a determinados interesses de classe” (VIANA, 2006, p. 91). Marx contesta a ideia de crescimento aritmético e diz que o debate acerca do crescimento populacional está vinculado ao capitalismo onde o desenvolvimento da acumulação de capital está relacionado à dinâmica populacional. Assim, o crescimento de capital induz um crescimento da demanda de força de trabalho onde quanto maior o contingente excedente de população melhor seria (FERRAZ, GONÇALVES, 2021; VIANA, 2006).

Os marxistas - ou reformistas - dizem que a condição de subdesenvolvimento e pobreza as quais os países subdesenvolvidos foram sujeitos são os fatores responsáveis para que o acelerado crescimento demográfico ocorresse e conseqüentemente uma condição de fome e miséria. Aos países desenvolvidos é lhes atribuído a responsabilidade de extensiva

⁸ Margaret Sanger foi uma enfermeira, escritora, sexóloga e ativista racista do controle de natalidade norte-americana (Google Arts and Culture, [s.d]).

exploração dos países subdesenvolvidos. Além disso, os reformistas defendem que grandes reformas sociais e econômicas sejam tomadas para que assim os países subdesenvolvidos possam superar os problemas pelos quais passam. Eles se baseiam em países desenvolvidos onde a redução populacional só ocorreu depois que reformas socioeconômicas foram adotadas e conseqüentemente o padrão de vida daquelas populações melhoraram (SILVA *et al*, 2015):

A sugestão da teoria marxista quanto a um controle de natalidade não se refere a aplicação de meios contraceptivos ou autorregulação como as duas teorias estudadas anteriormente. [...] entendeu-se que na realidade, sua perspectiva era que para resolver este crescimento excessivo que trazia como consequência a miséria e a fome, um novo modelo socioeconômico deveria ser implantado, pois, subteve-se que para Marx, a problemática seria o sistema capitalista, ao momento que nele, a distribuição de renda era desproporcional. A partir disso, verifica-se que sob a sua visão, ao adaptar o sistema econômico, o resultado seria a melhoria da condição de vida dos indivíduos, e, com isso, as famílias decidiriam naturalmente sobre ter ou não filhos, o que acabaria influenciando na taxa de natalidade (FERRAZ, GONÇALVES. 2021, p. 1157).

d) Teoria da Transição Demográfica

O primeiro rascunho sobre a Teoria da Transição Demográfica foi iniciada por Warren Thompson em 1929, onde a questão entre crescimento demográfico e subsistência foi novamente colocada no centro e para ele era necessário que um equilíbrio entre esses dois fatores existissem. Thompson trouxe duas novas situações para o diálogo: a primeira era de uma classificação entre diferentes estados de população e a outra era a utilização da natalidade e da mortalidade para diferenciar esses estados (FERRAZ, GONÇALVES, 2021; BANDEIRA, 1996).

Esses estados citados por Thompson eram divididos em três eixos, o primeiro quando a taxa de mortalidade sofre uma queda e a taxa de natalidade continua elevada, ocasionando em um rápido crescimento populacional; a segunda quando posteriormente a taxa de natalidade diminui e assim o ritmo de crescimento populacional se reduz; e por fim quando há baixas taxas tanto em natalidade quanto em mortalidade fazendo com que haja um lento crescimento (ALVES, 2002).

Em 1945 Frank Wallace Notestein afirmou a Teoria da Transição Demográfica com a exposição de três padrões de crescimento demográfico que são relacionados a diferentes estados de desenvolvimento demográfico, são eles o *high growth potential* que é quando determinada sociedade não iniciou seu crescimento transaccional e onde existe um controle de mortalidade e de fecundidade; o *transiccional growth* onde há um grande crescimento populacional e as taxas de mortalidade e fecundidade devem estar equilibradas para que o

crescimento possa ser atingindo; e por fim o *incipient decline* onde os índices de crescimento menores e a idade da população se encontraria mais avançada e haveria a estimulação da fecundidade a fim de evitar problemas quanto ao envelhecimento da população (ALVES, 2002; FERRAZ, GONÇALVES, 2021). Desta forma, a Teoria da Transição Demográfica pode ser entendida como uma transição histórica é impossível desviar das questões decorrentes ao crescimento populacional (FERRAZ, GONÇALVES, 2021).

Na atualidade a concepção de controle populacional evoluiu enquanto política pública em diversos países, se contrapondo às perspectivas leigas de que as teorias apresentadas ficariam no passado. Assim, para o entendimento do controle de natalidade e políticas populacionais a pesquisa foi dividida em teoria sobre políticas populacionais e a classificação das políticas populacionais (FERRAZ, GONÇALVES, 2021). Em suma, para se definir o controle de natalidade algumas conceituações são de extrema importância quanto aos estudos de políticas populacionais.

Conforme o Dicionário de Ciências Sociais (1987 apud ALVES, 2006), a política populacional é um conjunto de medidas que visam a modificação de uma população em razão de interesses sociais determinados. Tais modificações concernem tanto a mudanças no volume como no ritmo de aumento ou declínio da população quanto a distribuição e densidade desta população dentro de determinado território e também de sua composição quantitativa e qualitativa em relação a atividades específicas.

Assim, a política é vista “como um processo por meio do qual interesses são transformados em objetivos e os objetivos são conduzidos à formulação de tomada de decisões” (ALVES, 2006, p. 8). As políticas populacionais acontecem por meio de ações voltadas para a dinâmica demográfica, visando o bem público e o acesso da população a programas de saúde, a fontes de emprego, sistema educacional e a outros direitos sociais, culturais e econômicos. Eustáquio Alves (2006) diz que as políticas populacionais podem ser definidas como ações proativas ou reativas que realizadas por instituições públicas ou privadas podem vir a afetar ou tentar afetar a dinâmica de natalidade, mortalidade e das migrações, sejam elas internacionais ou nacionais e ações que busquem atuar as taxas de crescimento demográfico positiva ou negativamente além da distribuição espacial da população (ALVES, 2006, p. 9).

Alves ainda fala sobre o “modelo chinês” (ALVES, 2006, p. 16) onde antes mesmo da tomada de poder do Partido Comunista em 1949 a China já era o país mais populoso do

mundo. As medidas de saúde pública e sociais tomadas após a revolução fizeram com que houvesse uma queda proeminente da mortalidade. Até o final nos anos 50 o país possuía uma elevada taxa de natalidade (possuía esterilização e abortos como medidas proibidas) que acabou resultado em um acelerado crescimento populacional. Isso durou até o início dos anos 60, quando o governo passou a adotar medidas de controle de natalidade legalizando a esterilização e o aborto, além do apoio ao controle de natalidade, aspectos esses tratados no capítulo a seguir.

3. A POLÍTICA DE FILHO ÚNICO

No decorrer dos anos e ainda nos dias de hoje um dos aspectos no qual os chineses acreditam é a prosperidade através da família, onde quanto mais filhos mais abençoados seriam. A partir da sociedade chinesa tradicional que se organizou nos princípios do confucionismo, os chineses procuravam se casar e em seguida terem filhos. Durante a fundação da República Popular da China em 1949, o incentivo a população a ter mais filhos foi fundamentalmente encorajado por Mao Zedong. De acordo com Nicole Skalla (2004) a China possuía uma população de cerca de 540 milhões de habitantes durante a Revolução de 1949, onde três décadas depois alcançou a faixa dos 800 milhões.

No pensamento de Mao, o controle de natalidade não era mais que um complô burgues para justificar “genocídio sem derramamento de sangue”. O pensamento do líder revolucionário da China espelhava a necessidade de uma sociedade agrária que necessitava um grande contingente de trabalhadores. O capítulo em questão tratará da questão do crescimento populacional a partir das teorias de controle demográfico, se seguirá sobre as políticas de planejamento familiar anteriores a política de Filho Único e sobre a aplicação da política em si discutirá a implementação da medida em áreas rurais e por fim analisa a preferência de gênero, fator realçado pela política.

3.2. *Wan Xi Shao* e a Política de Planejamento Familiar Chinesa

De acordo com Fei Wang (2012) o principal objetivo da Política de Planejamento Familiar (PPF) era o de controlar o tamanho da população e esse propósito foi atingido por meio do estabelecimento de uma “cota” de filhos para cada família. Com o avançar dos anos essa “cota” foi ficando cada vez menor. Wang dita que a PPF na China percorreu em quatro períodos: o primeiro sem PPF (1949-1963) o período com o PPF estreitamente implementado e suave o período com PPF forte e amplamente aplicado (1970 - 1980) e por fim a rigorosa política de filho único (1980-2015). Com o passar dos períodos a política ia ficando mais dura principalmente com os habitantes das áreas urbanas.

3.2.1. Primeiro Período: Sem política de planejamento familiar (1949-1963)

Mao Zedong pouco antes da fundação da República Popular da China disse de forma pública que a nação tinha como preferência uma grande população, tal argumento foi baseado no conceito tradicional de fertilidade da China *Duo Zi Duo Fu* que expressa que quanto mais crianças mais felicidades. Outro fator foi a influência da União Soviética quanto ao incentivo de nascimentos, neste ponto podemos notar certa semelhança na política populacional dos dois países que graças ao modelo socialista via com bons olhos uma alta taxa de natalidade. A posição da União Soviética quanto a isso era de quanto mais alta a taxa de fertilidade, consequentemente maior seria sua taxa reprodutiva, fazendo assim com que o país aumentasse sua população rapidamente e isso lhe daria uma influência na questão do conflito mundial (HEER, 1965).

É válido lembrar que neste período a URSS havia recém saído da Segunda Guerra Mundial, sendo assim a população masculina se encontrava em índices extremamente baixos. Em 1955, em decorrência do conflito mundial, a taxa entre homens e mulheres na faixa etária reprodutiva era de 604 homens em idades entre 20 a 9 anos para cada 1000 mulheres entre 15 a 4 anos de idade (HEER, 1965). Antes mesmo do conflito, a União Soviética já realizava medidas a fim de incentivar a taxa de natalidade, onde o primeiro programa de auxílio estatal foi estabelecido em 1936. Em 194, tal programa foi ampliado para o fornecimento de uma quantia única a famílias no nascimento de seu terceiro filho e também subsequentes, além de pagamentos mensais do primeiro ao quinto ano de vida para o quarto filho e subsequentes (HEER, 1977). Assim, de 1949 a 1953 o controle de natalidade foi desencorajado na China (WANG, 2012).

Em 1958 tem-se o início da campanha do Grande Salto Adiante, objetivando desenvolver e transformar o país nos ramos da indústria e agricultura por meio da grande mão de obra disponível. Contudo, o grande salto foi um fracasso e houve a Grande Fome (1959-1961) onde a Taxa de Fertilidade Total da China (TFT) cai de 5.679 em 1958 para 4.382 em 1961 (KISSINGER, 2011; WANG, 2012):

Em seu sentido mais literal, O Grande Salto Adiante estava destinado a concretizar os ideais maoistas mais abrangentes de desenvolvimento industrial e agrícola. [...] Porém, dessa vez, Mao estabelecera um desafio tão fora da esfera da realidade objetiva que até o povo chinês ficou aquém de sua realização. As metas do Grande Salto Adiante eram exorbitantes, e a perspectiva de dissidência ou fracasso era tão aterrorizante que os quadros locais costumavam fraudar seus números de produção e enviar relatórios com totais inflacionados para Pequim. [...] o acerto de contas do Grande Salto Adiante foi brutal. De 1959 a 1962, a China vivenciou uma das piores fomes da história humana, levando à morte de mais de 20 milhões de pessoas. (KISSINGER, 2011, p. 188-189)

A Taxa de Fertilidade Total da China só voltou a crescer com o fim da fome em 1962, que ainda naquele ano alcançou a marca de 6.023, sendo elevada no ano seguinte à marca de 7.502. Durante os anos deste evento a pauta do PPF não foi discutida, contudo, passado o período de turbulência, a questão do crescimento populacional passou a ser uma pauta relevante quanto ao planejamento econômico (WANG, 2012; BABIARZ et al, 2018b).

3.2.2. Segundo Período: Política de planejamento familiar implementada de forma branda e restrita (1963-1980).

Como citado anteriormente, Mao Zedong era um grande defensor do crescimento populacional e totalmente contrário a implementação de políticas de planejamento, assunto esse que vinha sendo debatido desde a década de 50, quando a ideia foi introduzida por intelectuais não partidários. Com o fracasso do Grande Salto Adiante e consequente os anos que se seguiram da Grande Fome houve uma grande queda populacional. Contudo, com o início da propagação de serviços governamentais a taxa de crescimento populacional voltou a subir de início se mostrou como um fator positivo, contudo o governo se deu conta de que teria dificuldades de atender a demanda da grande população (MENIN, BILLING, 2022; SETTLES et al, 2012)

Devido à recuperação da TFT em dezembro de 1961, a dificuldade no fornecimento de serviços básicos para a população e uma possível ameaça à economia, o governo chinês emitiu orientações sobre a aplicação do planejamento familiar, marcando assim o início da Política de Planejamento Familiar no país. Neste período foi estabelecido uma meta de instituições de planejamento familiar, defesa de um casamento tardio, além de propagar tecnologias que auxiliariam na questão do planejamento familiar.

O PPF específico variava de acordo com cada província a depender de fatores como a densidade populacional:

Por exemplo, o PPF de Shandong poderia ser informalmente declarado como "uma (criança) não é poucos, dois são apenas certos, três são demais". A política de Xangai sugeria que um casal não deveria ter mais de três filhos, o espaçamento entre nascimentos deveria ser de pelo menos quatro anos, e a idade da mulher para ter o primeiro filho deveria exceder 26 anos. Apesar das diferenças, a quota de filhos permitidos por família foi geralmente fixada em três. Embora não fosse obrigatoriamente proibido ter mais de três filhos, ter uma família grande resultaria em pressão política ou social porque o PPF estava sendo promovido principalmente através de movimentos políticos ou sociais efetivos. Medidas econômicas também

eram adotadas; por exemplo, famílias pequenas seriam subsidiadas de alguma forma⁹ (WANG, 2012, p. 8)

Esse período teve uma projeção especial para o povo Han¹⁰ presente em grande parte do território urbano. Em contrapartida, o TFT rural se manteve elevado no mesmo período onde de modo geral o TFT do geral do país se manteve em níveis elevados no período (WANG, 2012).

3.2.3 Terceiro Período: Política de Planejamento Familiar ampla e fortemente implementada (1971-1980)

Esse período foi marcado pelo *Wan Xi Shao* (Longer, Later Fewer¹¹) que tratava de normatizações projetadas pelo governo central e implementadas pelos governos provinciais e locais da China (WANG, 2012; GREENHALGH, 2008; BABIARZ et al, 2018a). De modo geral, esse período se assemelha muito com o anterior no quesito metas de crescimento e tais medidas foram implementadas entre os anos de 1970 a 1979.

Em regra, a *Longer Later Fewer* buscou reduzir as taxas brutas de natalidade nas áreas rurais através de três artifícios: (1) Casamentos posteriores - as idades ideais para casamentos aconteceriam em idade mais avançada do que a habitual sendo 23 anos para mulheres e 25 para homens (em localidades rurais); (2) Intervalos maiores entres os nascimentos - com no mínimo quatro anos; e (3) Menos nascimentos no decorrer da vida - limitação de 2-3 filhos no total para os casais (BABIARZ et al, 2018; GREENHALGH, 2008).

Um casal ter 3 filhos era uma medida totalmente desencorajada. Mao Zedong implementou essas regras de forma muito mais firme neste período em relação ao anterior. Outro fator, foi que famílias pequenas eram subsidiadas pelo governo, penalidades contra muitos nascimentos também começaram a existir como por exemplo, caso a população rural

⁹ For instance, Shandong's FPP could be informally stated as "one (child) is not few, two are just right, three are too many". Shanghai's policy suggested that a couple should not bear more than three children, the birth spacing should be at least four years, and a woman's age of bearing the first child should exceed 26 years. Despite of differences, the quota of children allowed per family was generally set to be three. Although bearing more than three children was not mandatorily prohibited, having a large family would result in political or social pressure because the FPP was being promoted mainly through effective political or social movements. Economic measures were also adopted; for example, small families would be subsidized in some way (WANG, 2012, p. 8).

¹⁰ A China é composta por uma maioria étnica Han que representa 92% da população total e outras 55 minorias como os Zhuang, Hui e Miao entre outras (IBRACHINA, 2023)

¹¹ Mais tarde, mais tempo, menor número

não acatasse com a PPF estabelecida ela poderia passar por uma diminuição dos alimentos fornecidos. A figura abaixo ilustra os anos em que foram formados os comitês provinciais com o intuito de implementar as políticas nacionais de planejamento familiar.

Imagem 1. Anos de implementação da Longer, Later Fewer nas províncias



Fonte: BABIARZ et al, 2018a

Como resultado de um período mais duro nas aplicações e cobranças das Políticas de Planejamento Familiar dirigidas à população rural, a partir de 1971 a Taxa de Fertilidade Total deste grupo começou a cair. No geral, houve diminuição tanto do TFT rural quanto do urbano, fazendo assim com que o TFT geral caísse (WANG, 2012).

3.2.4. Quarto Período: Política de Filho Único (1980-2015)

No último período temos a concretização da Política de Filho Único idealizada em 1979 e amplamente difundida a partir de 1980. Tal política passou a limitar o número dos filhos que uma família poderia ter a apenas um filho. Tal política foi sobretudo planejada para as famílias Han, o maior grupo étnico do país. Comparada com os períodos anteriores, foi extremamente mais restrita. A Política de Filho Único mostrou seu rigor através da

implementação. A execução das PFF's anteriores foi promovida por forças sociais, administrativas e políticas, mas não por leis (WANG, 2012).

Em 1978, a Política de Planejamento Familiar apareceu pela primeira vez na Constituição e posteriormente da Constituição de 1982, onde entrou com mais detalhes. Na Constituição de 1982 a questão da Política de Planejamento Familiar é citada em alguns artigos. No Primeiro Capítulo, onde se encontram os princípios gerais no Artigo 25º “O Estado promove o planejamento familiar a fim de que o crescimento da população se adéque ao Plano de desenvolvimento econômico e social.” No Segundo Capítulo, sobre Direitos e deveres fundamentais dos cidadãos, artigo 34º [...] Tanto o marido como a mulher têm o dever de praticar o planejamento familiar [...]. Na sessão III que diz respeito ao Conselho de Estado no artigo 89º inciso 7º “Dirigir e executar as políticas educativa, científica, cultural de saúde pública desportiva e de planejamento familiar” (CHINA, 1982)

A ideia da família ser composta por um número menor de integrantes foi pensada por líderes políticos ainda em 1978. Em junho do mesmo ano a medida foi propriamente declarada por meio de um documento do Comitê Central do PCC (FENG, CAI, GU, 2012). A partir do fim dos anos 80, os governos locais e central passaram a legislar sobre a PPF e medidas legais como subsídios e penalidades monetárias e puderam efetivar a aplicação da política de filho único. No princípio dos anos 80 a política foi estabelecida com êxito no povo Han em meio urbano. Contudo, recebeu grande resistência do grupo Han rural. Sucessivamente na metade dos anos 80 a Política de Filho Único acabou por ser relaxada para as famílias rurais onde, em certos casos, foi-lhes concedido um segundo filho em casos específicos (WANG, 2012).

3.3 A Implementação da Política de Filho Único

Entre 1949 a 1976 Mao Zedong se apoiava na premissa de que quanto mais pessoas maior seria o poder, contudo já em 1951 Deng Xiaoping atuando como vice-primeiro-ministro teve a iniciativa de pedir o aumento do uso de contraceptivos. O primeiro censo realizado em 1953 estimava uma população de 600 milhões de pessoas. O endosso aumentou com a recomendação de criação de medidas de planejamento familiar realizada por Ma Yinchu um prestigiado economista chinês. O próprio Mao passou a considerar a criação de uma

Comissão Nacional de Planejamento Familiar. Contudo, durante o Grande Salto Adiante em 1958, ele voltou a acreditar na premissa de que quanto mais pessoas, melhor (ZHANG, 2017).

Como citado anteriormente, o Partido Comunista Chinês tentou conter o crescimento populacional do país por meio da *Wan Xi Shao* (Later, Longer Fewer) que estabelecia que casais se casassem mais tarde e que esperassem um tempo maior entre o nascimento de seus filhos além de que esse número de crianças fosse determinado. De 1971 a 1978 a aplicação da *Wan Xi Shao* foi bem sucedida, fazendo com que a taxa geral de fertilidade do país caísse pela metade, contudo, após análises, especialistas em população definiriam que a uma política de dois filhos não colaboraria com a meta de crescimento populacional zero até 2000 medida essa pensada pelo governo. Assim a campanha foi dispensada pelo partido e a Política de Filho Único começou a ser executada (SKALLA, 2004; ZHANG, 2017).

Diversas razões foram apresentadas para justificar a implementação da Política de Filho Único entre elas no quesito de padrão de vida, como a insuficiência de alimentação, moradia e emprego para a população. O governo defendeu ferrenhamente a redução por meio de tal Política reiterando que a mesma era necessária. Shen Gaoxing, então diretor do Departamento de Educação da Comissão Estatal de Planejamento Familiar na China, disse em 1984 que se o país tivesse adotado a política adequada durante os anos de 1950 a 1960 as medidas implementadas em 1980 não precisariam ser tomadas. No fim, a Política de Filho Única foi moldada pela Lei de Planejamento Familiar (SKALLA, 2004).

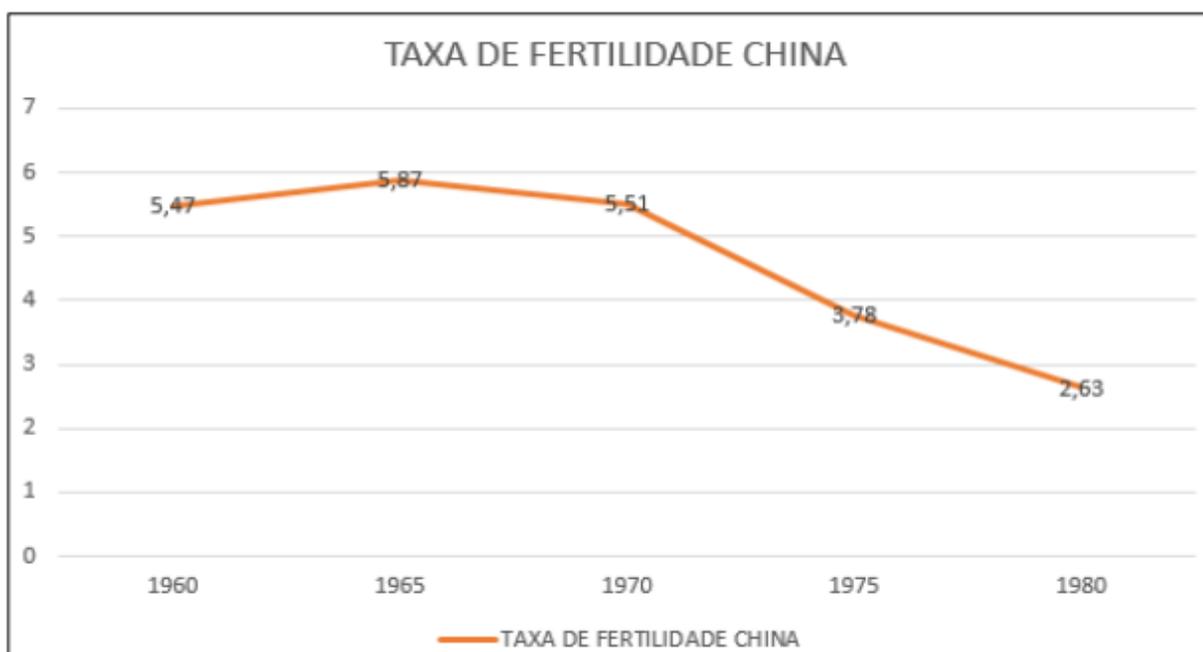
A campanha de planejamento familiar iniciada nos anos de 1970 era de certa forma tida como voluntária, mas se fazia cumprir por meio de elementos coercitivos. A supervisão da política ficou na mão de agentes de planejamento de natalidade que tinham a incumbência de realizar registros detalhados sobre a vida das famílias de cada localidade, contendo informações sobre fertilidade, método contraceptivo usado pelas mulheres, nascimentos e ciclos menstruais. (WHITE, FENG, CAI, 2015; ZHANG, 2017).

Em 1978 a China tinha como foco resolver seus problemas econômicos e tinha como questão mais frágil o crescimento populacional. Com a morte de Mao Zedong em 1976, Deng Xiaoping assumiu a liderança da China em 1978 e conduziu o país para as chamadas *quatro modernizações* que tratavam de investimentos nos setores de agricultura, indústria, ciência e tecnologia das forças armadas. O alto escalão do governo passou a conceber a questão do crescimento populacional, principalmente nas áreas rurais, como um empecilho ao desenvolvimento dessa reforma. Assim, com a ascendência de Deng as diretrizes consideradas

para conter o crescimento populacional puderam ser pensadas (FENG, CAI, GU, 2012; MENIN, BILLING, 2022).

Ao assumir a liderança do país, a China já era berço de um quarto da população mundial e os baby boomers nascidos nas décadas de 1950 a 1960 estavam entrando em sua fase reprodutiva. Assim foi encarado por parte do governo a aplicação de uma medida rigorosa para que as reformas econômicas então pensadas pudessem ser implantadas. A relação de Deng Xiaoping com o controle de natalidade se iniciou na época onde o mesmo ainda era ministro, então ao assumir uma posição de maior prestígio e poder ao comandar a medida anteriormente defendida por ele logo foi promulgada. O primeiro pensamento de Deng com a medida tem relação com sua vontade de aumentar o PIB per capita da China e assim, idealizou sua Política de Portas Abertas, configurando assim o comércio exterior chinês que ainda possuía uma extensa ligação com a URSS (ZHANG, 2017).

Gráfico 3. Taxa de fertilidade



Fonte. MENIN, BILLING, 2022.

O gráfico acima foi elaborado por Ligia Menin e Osvaldo Billing (2022) e foi organizado de acordo com os dados do Banco Mundial com sua última atualização em 2011. Segundo os autores, caso o crescimento populacional continuasse da forma com que estava sem uma intervenção por parte do estado, tendo a taxa de fecundidade em torno de 3 crianças por mulher (índice de 1975) em uma estimativa de 100 anos (1980-2080) a população chinesa viria a alcançar cerca de 4 bilhões de pessoas. Essa estimativa assustava e trazia à tona uma

possibilidade alarmante com danos às reservas de recursos naturais da China além de danos ao meio ambiente, outro fator elencado é o abalo no sistema econômico.

A partir do momento em que a política foi implementada houve a criação de escritórios e comitês de coordenação e planejamento de parto. Esses comitês tinham a incumbência de inserir os regimentos emitidos pelo governo central nos governos provinciais, fazendo assim que as metas estabelecidas fossem alcançadas, como por exemplo, o planejamento e acompanhamento de partos para que as cotas de natalidade fossem cumpridas. Tais profissionais responsáveis por esse monitoramento tinham em suas mãos a decisão sobre quais casais poderiam ter filhos e quais não, quais iriam receber os contraceptivos e os dispositivos intrauterinos (DIU) e quais seriam induzidos à esterilização. Esse controle era minuciosamente feito pelos profissionais de saúde de cada região onde chegavam a monitorar até mesmos os ciclos menstruais das mulheres em idade fértil, seus métodos contraceptivos e se as mesmas já haviam dado à luz (BABIARZ et al, 2018; MENIN, BILLING, 2022).

Apesar de que a política inicialmente demandasse que um dos cônjuges usasse um dos métodos de contraceptivos a longo prazo após o nascimento de um filho, a partir de 1982 a inserção do DIU passou a ser obrigatória em mulheres com um filho. Aquelas que seguissem com gravidezes não autorizadas, em especial depois de conceberem o número permitido de crianças, eram forçadas a interromper a gestação mesmo depois de nove meses. De 1979 a 1984, cerca de 31 milhões de mulheres e 9,3 milhões de homens foram esterilizados. As autoridades provinciais responsáveis pelos acompanhamentos também eram penalizadas caso as cotas de nascimento estabelecidas não fossem cumpridas com redução de salário e rebaixamento de cargos, já os funcionários do governo podiam sofrer com penas disciplinares (SKALLA, 2004).

As mulheres que decidissem seguir com as gestações podiam sofrer violência e serem forçadas a realizarem abortos tardios e esterilizações forçadas. Elas ou seus familiares também poderiam ser presos e terem suas casas destruídas. Como cada província recebia sua cota de nascimentos, os membros da comissão enquanto autoridades locais eram responsáveis pela distribuição de permissão de nascimentos pelos membros daquela determinada província. Assim, uma mulher poderia ser induzida a abortar mesmo que aquele fosse seu primeiro filho, apenas porque a mesma não possuía autorização.

O cumprimento da Política de Filho Único se deu das mais várias formas e as consequências variavam. Havia áreas em que a política era seguida com rigor diferente então

em algumas províncias penas severas eram aplicadas quanto em outras nem as políticas nacionais eram seguidas:

Há casos na China em que a força bruta é usada para realizar o aborto e a esterilização. Mas, mais comumente, o governo chinês segue sua própria definição orwelliana de voluntário, o que significa que você pode multar a mulher; pode prendê-la; pode submetê-la a sessões de lavagem cerebral de manhã à noite; pode cortar a eletricidade da casa dela; pode demiti-la do emprego; pode demitir o marido do emprego dele; e pode demitir os pais do emprego deles. Todos esses maus-tratos psicológicos, privação de sono, prisões e maus-tratos extenuantes são infligidos a essas mulheres a fim de quebrar sua vontade de resistir. Mas desde que as mulheres grávidas caminhem os últimos passos até a clínica médica local sob seus próprios cuidados, elas podem ser demitidas¹² (U.S Department of State 1998 apud SKALLA, 2004, P. 339).

Dentro das províncias as autoridades locais tinham grande autonomia nas tomadas de decisão referentes aos meios de persuasão aplicados. Shen Guoxing, diretor da Comissão Estadual de Planejamento Familiar em 1990, disse que usualmente as mulheres se mostravam dispostas a abortar, mas se não fosse o caso as autoridades locais as “persuadiriam”. A tática comum por meio dos membros era o uso da força por meio de agressões, detenções e até mesmo destruição e demolição das residências. Em determinadas áreas era comum que as mulheres e seus entes fossem perseguidos, onde muitas dessas tiveram suas casas derrubadas e as pessoas daquela comunidade eram proibidas de lhes fornecerem abrigo. Não há registro de processos quanto a essas autoridades locais (SKALLA, 2004).

A aplicação da Política de Filho Único começou a sofrer problemas no meio dos anos de 1980. A maior parcela das famílias rurais rejeitavam a medida, em especial as famílias que continham apenas um filho do sexo feminino e com isso passaram a resistir a política. Desta forma, o governo central passou a flexibilizar a política nessas áreas e elaborou uma lista com casos que poderiam permitir com que determinada família pudesse obter uma flexibilização a um segundo filho. Com tal providência diversos governos locais acharam que a política fosse ser mais abrandada e que logo poderia ser suspensa, contudo, de 1984 a 1987 a taxa de fertilidade chinesa foi recuperada e assim em 1986 o Conselho de Estado reafirmou a política em todo o país até 1990, após isso a política se tornou de certa forma estável.

¹² There are cases in China where brute force is used to perform abortion and sterilization. But more commonly, the Chinese government abides by its own Orwellian definition of voluntary, which is to say that you can fine the woman; you can lock her up; you can subject her to morning-to-night brainwashing sessions; you can cut off the electricity to her house; you can fire her from her job; you can fire her husband from his job; and you can fire her parents from their jobs. All of this psychological mauling, sleep deprivation, arrest, and grueling mistreatment is inflicted upon these women in order to break their will to resist. But as long as the pregnant women walk the last few steps to the local medical clinic under their own power, then the abortions that follow are said to be “voluntary.”

3.4 A Aplicação da Política de Filho Única em cidades rurais.

Como citado anteriormente, a Política de Filho Único possui diferentes graus de aplicação nas partes urbanas e rurais do país. Embora a lei funcionasse em toda a China, as penalidades aplicadas às crianças nascidas fora da cota variavam de áreas rurais a urbanas, províncias e até mesmo etnias, fazendo com que a regra geral sofresse alterações dependendo do grau de concentração de indivíduos a depender da localidade. De forma geral, as áreas urbanas eram mais fáceis de controlar em relação às áreas rurais. Aqueles que viviam em grandes centros urbanos eram afetados de forma mais direta pelas ações governamentais, pois muitos possuíam cargos em instituições ou empresas estatais, de forma que a perspectiva de ter uma criança não autorizada podia lhes custar o emprego e até mesmo acesso aos pagamentos da previdência social.

Já nas áreas rurais havia uma demanda recorrentemente mais alta de filhos, pois essas crianças trabalham na agricultura e contribuiriam de forma direta para o sustento da família. Outros fatores que podem ser elencados quando a diferença na questão as essa duas localidades é o fato de que as áreas urbanas já podiam contar com a tecnologia do ultrassom, coisa que as áreas rurais não tinham tanto acesso e também a questão de que esta última área também contava com menores benefícios vindos do governo. Os regulamentos da política estabeleceram que os casais que se comprometiam em seguir a medida receberiam um certificado que lhes daria direito a bonificações econômicas, enquanto os que não seguissem a medida seriam multados. A aplicação da Política de Filho Único acabou tendo dois níveis, onde os casais habitantes nas áreas urbanas podiam ter apenas um único filho enquanto os casais habitantes das áreas rurais podiam ter um segundo filho, em principal se seu primogênito fosse do sexo feminino (ZHANG, 2017).

O fato de que em muitas zonas rurais a Política de Filho Único foi aplicada de forma menos rigorosa também se deve ao fato das mudanças administrativas e políticas decorrentes das reformas econômicas instituídas nessas zonas desde o final dos anos 1970, este último elemento está atrelado a questão da redução de controle sobre os casais com o retorno da agricultura familiar. Ainda que existissem penalidades econômicas para aqueles que não cumprissem as medidas, boa parte dos funcionários dos locais de planejamento familiar, em especial nas áreas mais pobres, não tinham autoridade suficiente para aplicar as políticas rechaçadas pelos moradores.

Desta forma, encarando as dificuldades dos regulamentos serem cumpridos, o governo chinês flexibilizou a política de forma oficial nas zonas rurais em 1984, permitindo um segundo filho com espaçamento de nascimento em quatro anos caso o primeiro fosse do sexo feminino. Existe uma certa dúvida quanto a forma com que os regulamentos foram aplicados em cada local, em especial na parte rural, pois a maioria destas informações foram adquiridas a partir da imprensa chinesa e de relatórios de rádios. “As estatísticas oficiais muitas vezes subestimam as taxas e número verdadeiros porque as autoridades locais que reportam os dados podem ser julgadas de acordo com seu desempenho no comprimento das metas de planejamento familiar¹³” (KAUFMAN et al, 1989, p. 4).

Existem alguns fatores necessários para entender o porquê os camponeses queriam um maior número de filhos, um deles é de que antes da implementação da política, o custo por cada filho adicional acaba por afetar bem menos uma família de zona rural em comparação a uma família de zona urbana, além de existirem certas vantagens econômicas como, por exemplo, a de alocação de grãos. Cada família camponesa recebia uma quantidade de grãos que era distribuída por base per capita. Embora parte desses grãos fossem descontados da renda coletiva familiar no ano, mesmo em um ano ruim onde ela não conseguisse o valor total de seu subsídio, ela ainda poderia receber e o valor devido seria transferido para o ano seguinte. Assim, casais com muitos filhos pequenos poderiam contar com essa cota até que seus filhos atingissem a maior idade e pudessem entrar no mercado de trabalho, melhorando a renda da família (DAVIN, 1985).

Mais outros tres fatores podem ser elencados, ao iniciarem sua família, um casal pensa em ao menos um filho para sobreviver até a fase adulta, sendo assim, teriam por segurança devido as altas taxas de mortalidade, dois ou três filhos, em especial do sexo masculino. Ao atingirem a fase adulta, era provável que apenas um deles permanecesse cuidado dos pais enquanto os outros seriam responsáveis pela sobrevivência dos mesmos. “O número de filhos que um casal de camponeses deseja é negociável, mas o desejo de um menino para cuidar dos pais e garantir a continuidade da linhagem familiar é inabalável¹⁴” (DAVIN, 1985, p. 41)

Um estudo realizado em 1987 pela Comissão Estatal de Planejamento Familiar dirigida pelo então ministro Wang Wei tinha o objetivo de avaliar as mais variadas alternativas

¹³ Official statistics often underestimate true rates and figures because local officials who report the data may be judged according to their performance in meeting family planning goals (KAUFMAN et al 1989, p.709).

¹⁴ “The *number* of sons a peasant couple wants is negotiable but the desire for a minimum of one boy to take care of his parents and to assure the continuance of the families are common in the countryside” (DAVIN, 1985, p. 41).

de serviços de planejamento familiar, assim como prover formação em pesquisa voltada ao programa de planejamento familiar ao grupo da Comissão Estatal de Planejamento Familiar. Com a aprovação do estudo, um questionário foi utilizado pela comissão a fim de obter informações sobre prestadores de serviços de planejamento familiar, as instalações que prestavam serviços, a mulheres casadas em idade reprodutiva e sobre as características da comunidade.

A China abriga 30 províncias e regiões autônomas onde cada região e até mesmo as sub-regiões, contém suas próprias características econômicas e sociais. Na pesquisa foram utilizados quatro condados em duas províncias e os critérios de seleção foi que os condados em cada província fossem semelhantes entre si; que não estivessem próximos de centro urbanos e que houvesse uma correlação com a utilização de métodos contraceptivos. Outro critério, era de que os condados não fossem condados modelos, aqueles que recebem subsídios extras por parte do governo, ou que tem um alto nível de desempenho econômico e político. O estudo da Comissão foi realizado nas províncias de Fujian e Heilongjiang de maio a agosto de 1987. Fujian é uma província costeira do sul, os condados selecionados foram Nanjing e Xianyou. Heilongjiang se encontra ao noroeste da China e faz fronteira com a Rússia (antiga URSS) e teve Wangkui e Keshan como os condados selecionados (KAUFMAN et al, 1989).

Foram selecionadas cerca de 318 mulheres casadas em idades reprodutivas. Pela questão do planejamento familiar se tratar de um assunto delicado, as respostas às perguntas da pesquisa podem não ter sido respondidas com total veracidade, seja porque os líderes comunitários daquelas regiões temeram ser avaliados com bases nas respostas, ou seja, por medo de represálias por não defenderem a mesma posição que o governo central, mesmo que o anonimato tenha sido garantido. Na época da pesquisa, Fujian obtinha um nível de desempenho mais baixo que Heilongjiang em relação ao planejamento familiar. Por possuir um baixo desempenho no PPF, Fujian possuía uma elevada taxa de natalidade bruta onde de acordo com os funcionários provinciais era cerca de 17,07 por mil, contrastando com o Heilongjiang que tinha a taxa bruta em 11,72 por mil.

Por possuir uma baixa densidade populacional, Fujian possuía 14 províncias totalmente isentas da Política de Filho Único. Aos moradores da província que se comprometam a ter apenas um filho recebiam recompensas como a atribuição de terras agrícolas adicionais. Um subsídio de saúde 60 yuan por ano para o filho único, nascimentos

não planejados eram multados entre 200-400 yuan que equivalia de 50 a 90 por cento do rendimento anual das famílias e ao primeiro nascimento não planejado, multa de 400 a 800 yuan.

Em Heilongjiang, possui um maior desempenho no PPF, o programa na província começou no início do anos de 1960 e teve uma série de regulamentações de controle de natalidade, que determinaram a eleição para um segundo filho. Para as famílias que se comprometeram a seguir a Política de Filho Único, os benefícios são semelhantes ao de Fujian, contudo, as multas por nascimentos não planejados era de 1200 yuan ao primeiro nascimento (cerca de duas a três vezes o rendimento médio per capita anual) é de 1500 a 1800 yuan para nascimentos não planejados subsequentes. O desempenho do Programa de Planejamento Familiar na China rural era avaliado por vários critérios que incluíam porcentagem de nascimentos planejados, a taxa bruta de natalidade e a distribuição de nascimentos por paridade (KAUFMAN et al, 1989).

A aplicação das multas foi um fator determinante quanto ao PPF. Em Fujian, cerca de 30% das mulheres que se casaram em 1980 tiveram mais de um filho e apenas uma no condado de Nanjing (com baixa intensidade) foi multada. Já em Heilongjiang ocorreram 36 multas, 22 em Keshan e 24 em Wangkui. Dentro da província, 57% das mulheres que tiveram um segundo filho não foram multadas, pois a maioria seguiu o espaçamento indicado pelo governo (KAUFMAN et al, 1989). Antes que a Política de Filho Único fosse promulgada, a China obteve uma queda satisfatória na taxa de natalidade bruta de 30 mil para 20 mil de 1972 a 1976, e isso se deu graças à campanha *Wan Xi Shao* apoiada por incentivos e persuasões. As taxas de natalidade brutas entre as zonas rurais e urbanas evidenciaram que as zonas rurais ficariam aproximadamente cinco anos atrasadas na redução de nascimento em comparação com as zonas urbanas (DAVIN, 1985).

Tabela 1 - Taxa de natalidade bruta nas regiões urbanas e rurais da China de 1971 a 1978 (por 1000)

	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978
Urban areas	21.9	20.1	18.1	15.1	15.3	13.6	13.9	14.0
Rural areas	31.9	31.2	29.4	26.2	24.8	20.8	18.7	18.8
National average	30.7	29.9	28.1	24.9	23.1	20.0	19.0	18.3

A flexibilização nas áreas rurais se mostrou muito mais fácil de ser promovida do que a aplicação da Política de Filho Único de fato. Baseada na política anterior, as famílias que possuíam um menino e uma menina ou dois meninos se mostraram muito mais fáceis de convencer daqueles que possuíam apenas uma menina ou mais. De qualquer forma, o número total de filhos que uma família estaria disposta a ter poderia ter diminuindo em algumas regiões devido à escassez de terras desde que um desses filhos fosse menino. Ainda na década de 70, a questão da escassez de terra começou a se tornar um problema onde a disponibilidade per capita de terra arável, que em 1949 era de 2,71 milhões de hectares, passou a ser de 1,5 milhões de hectares (DAVIN, 1985).

A contracepção passou a ser um importante elemento no planejamento familiar no campo, os padrões de uso variavam de província a província, mas nem sempre se mostraram claros. Os métodos mais utilizados era o DIU - Dispositivo Intra Uterino, seguido de esterilizações, a pílula era o meio menos usado e seu fornecimento poderia ser um problema nas regiões mais afastadas:

No passado, o uso da pílula era considerado, às vezes, uma maneira adequada de adiar um segundo filho para conseguir espaçamento. Agora que as mulheres são incentivadas a gerar apenas um filho, e nas áreas rurais, espera-se que o façam dentro de um ou dois anos após o casamento, aos vinte e poucos anos, é necessário um contraceptivo que ofereça vinte anos ou mais de proteção segura. Como a opinião médica chinesa não favorece o uso prolongado de hormônios, é de se esperar que o DIU mantenha sua predominância

A esterilização é o segundo método mais importante de contracepção no campo, mas pode diminuir onde quer que se atinja uma alta taxa de famílias com um único filho. Antes da campanha de filho único, a esterilização era aceita principalmente por casais mais que velhos que haviam completado suas famílias com o nascimento de um terceiro ou quarto filho¹⁵ (DAVIN, 1985, p. 46-47).

Contudo, o método de esterilização era menos aceito por pais de filhos únicos, pois dessa forma, caso ocorresse algo no futuro, como morte ou invalidez, a criança não poderia ser substituída. Muitos casais também esperavam pela flexibilização da política no futuro.

¹⁵ In the past the use of the pill was sometimes regarded as an appropriate way to postpone a second child in order to achieve spacing. Now that women are urged to produce only one child and can be expected in rural areas to do so within a year or two of marriage in their early twenties, a contraceptive is required which will give twenty or more years of safe protection. As Chinese medical opinion does not favour the protracted use of hormones, the IUD can be expected to maintain its predominance. Sterilization is the second most important method of contraception in the countryside, but may decline wherever a high single-child family rate is achieved. Prior to the single-child family campaign, sterilization was primarily accepted by older couples who had completed their families in the countryside, but may decline wherever a high single-child family rate is achieved. Prior to the single-child family campaign, sterilization was primarily accepted by older couples who had completed their families with the birth of a third or a fourth child (DAVIN, 1985, p. 46-47).

Sobre a lista de regulamentações as quais um casal poderia ou não solicitar a autorização para um segundo filho, havia algumas “circunstâncias especiais” (DAVIN, 1985, p. 50), são elas:

1. quando o primeiro filho sofre de alguma doença não hereditária atestada por um médico que venha a comprometer sua chegada a vida adulta e não o torne um possível trabalhador;
2. quando um dos cônjuges possui um filho de casamento anterior e o outro não;
3. quando o casal acredita ser infértil adota uma criança e posteriormente a mulher engravida;
4. casal de nacionalidade minoritária;
5. onde ambos os cônjuges são chineses, mas que moravam no exterior e retornaram ao país.

Por mais que exista uma normativa padrão para a aplicabilidade da Política de Planejamento Familiar, ocorriam diversas interpretações e variações da aplicação dessas políticas dentro das províncias feitas pelos funcionários locais. Lugares com baixo desempenho como Fujian, anteriormente citado, a política parecia ter problemas de ser ativamente aplicada e quando aplicada, agia em conformidade (KAUFMAN et al, 1989)

3.5 Preferência de Gênero

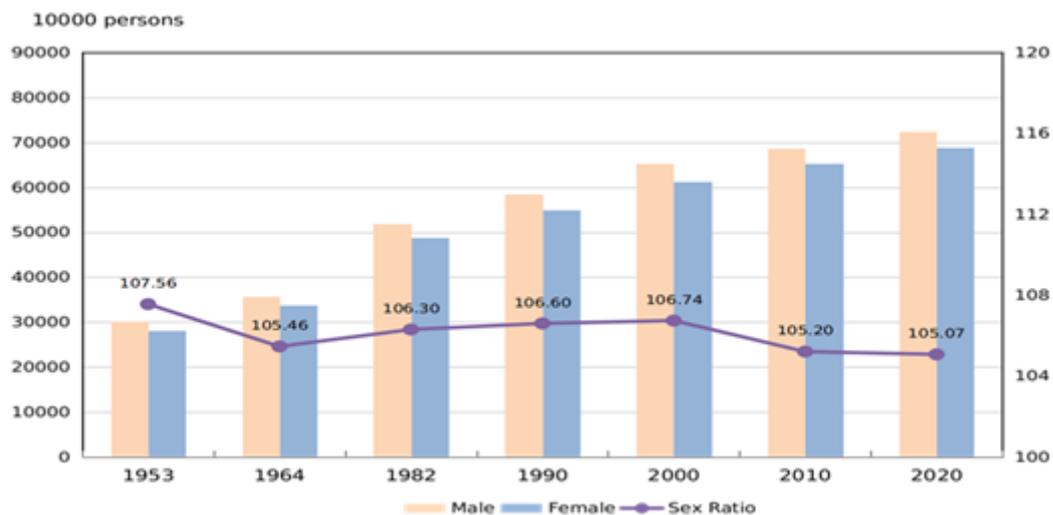
Andre Bueno (2017) relata que as práticas de controle de natalidade são mais antigas do que imaginamos e remontam desde a dinastia Song (960-1279) onde Su Dongpo, um intelectual da época, denunciava a prática de infanticídios. O intelectual relata que era comum que lavradores pobres tivessem preferência de criar filhos ao invés de filhas, e assim, as matavam ao nascerem, sendo o afogamento a prática mais comum. A sociedade tradicionalista chinesa como um todo, valoriza o nascimento de meninos, futuros chefes de família, diferentes das meninas que possuíam bem menos direitos, que necessitariam de um dote para se casar e que passaria a ser da família do marido. Por isso, era comum que as famílias mais pobres sacrificassem essas meninas, a fim de evitarem despesas.

Com a entrada de Mao Zedong no governo, a ressignificação tornou-se uma pauta importante nas relações de seu mandato. Mao enfatizava que era de grande importância a criação de uma sociedade socialista pautada na igualdade onde as mulheres deveriam participar das atividades econômicas de produção e que era necessário alcançar uma verdadeira igualdade entre homens e mulheres baseado no princípio de trabalhos e salários

iguais. A partir disso, todo o papel da mulher foi reimaginado para caber nas relações sociais do país, endossadas pela oportunidade de estudo e trabalho, casamentos tardios e igualitários (BUENO, 2017).

A partir desse histórico de preferência tradicional da população chinesa do gênero masculino, podemos evidenciar como, em consequência da Política de Filho Único, surgiu outro problema que foi o aumento da discriminação de sexual em relação aos nascituros. Em número, os homens superam atualmente em grande escala as mulheres, onde em 2004, de acordo com Skalla (2004) haviam 60 milhões de homens a mais que mulheres na China. Essa proporção de maior número de homens do que mulheres na China ainda se mantém nos dias de hoje. De acordo com o 7º Censo Demográfico Nacional realizado em 2020 da população total do país que possui mais de um bilhão e quatrocentos e quarenta milhões (NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA, 2021), cerca de 51,24% da população é masculina, enquanto 48,76% é do sexo feminino, a proporção é de 105,05 homens para cada 100 mulheres. De acordo com o National Bureau of Statistics of China (2023) a proporção de 2020 é basicamente a mesma do 6º Censo realizado em 2010

Gráfico 4 - Composição sexual por gênero da população nacional em cada censo



FONTE: National Bureau of Statistics of China, 2021.

Continuando com as preferências do passado, os bebês do sexo feminino eram considerados desnecessários, assim, eram mais comuns observar abortos seletivos e infanticídios como medidas para se desfazerem. As bebês que sobreviviam, eram abandonas

em orfanatos ou vendidas no mercado negro de bebês. Tradicionalmente, os casamentos eram percebidos como uma espécie de contrato. As filhas, geralmente, eram vistas como um membro estranho a partir de seu nascimento. Isso porque era pensamento comum que elas não trariam nenhuma vantagem econômica à família, pois, futuramente, seria entregue a família do marido.

Com a proclamação da República Popular da China, essa concepção da inutilidade das filhas pareceu ser trocada por uma outra ideia que foi expressada por Mao dessa forma: “as mulheres passaram a ocupar metade do céu”, contudo isso não perdurou por muito tempo, pois com a implementação da Política de Filho Único e os avanços tecnológicos no campo da saúde, neste caso o uso de ultrassons no acompanhamento das gravidezes, as práticas de discriminação de sexo dos anos anteriores voltaram, e a preferência por filhos homens se tornou cada vez mais acentuada (SKALLA, 2004; MENIN, BILLING, 2022).

Cerca de 5% dos bebês do sexo feminino que deveriam nascer naqueles anos, foram consideradas desaparecidas, no sentido em que sofreram aborto seletivo, morreram durante a infância ou não foram registradas, fazendo assim com que elas não fossem parte da população chinesa. Os abortos seletivos, se tornaram cada vez mais procurados por espontânea vontade por inúmeros casais, e por mais que o governo tivesse proibido a prática, o Departamento de Estatísticas da China no relatório de 1996 evidenciou que tal prática era ainda comumente adotada em áreas rurais. A aplicação da proibição de seleção no pré-natal se mostrou ineficaz, pois existiam profissionais da saúde dispostos a violar a lei. O infanticídio é um crime e por mais que a prática esteja proibida, são raros os casos em que se houve um processo judicial a respeito. O abandono também é visto como delito da mesma forma e ainda assim teve um grande aumento de abandono de meninas durante os anos 80 em decorrência da Política de Filho Único. Grande parte das crianças abandonadas sequer chegava a ir para um orfanato (SKALLA, 2004).

A partir dos anos 80, o abandono de crianças atingiu grande proporções, a estimativa era que o número girasse em torno de 15 milhões, onde 98% dessas crianças eram do sexo feminino, em condições de segunda filha. A principal alegação que justificava tal ato era o de que, mantendo essas meninas, o casal perderia a chance de ter um filho do sexo masculino. Meninos também eram encontrados em situação de abandono, apresentando uma contagem baixa, isso acontecia quase que de forma exclusiva ligada a alguma enfermidade ou necessidade especial. Esses casos geralmente aconteciam em áreas rurais, pois a noção que se

tinha eram de que essas crianças não teriam sucesso na vida, não ajudariam nas tarefas do campo e nem ajudariam na renda familiar, fazendo assim com que fosse um peso para as famílias que já eram por muitas vezes carentes (CARBALLO, 2019; MENIN, BILLING, 2022).

Tentando resolver o problema no grande número de meninas abandonadas, foram orquestrados diversos sistemas de acolhida. Primeiramente a adoção acontecia de duas formas, a primeira era uma adoção “doméstica”, sem a utilização de um processo legal. Nesse caso, normalmente, a criança era realocada para outros membros da família ou conhecidos próximos de forma que os pais biológicos pudessem manter contato com o filho. A outra forma era por meio de uma adoção legal a partir dos orfanatos, futuramente, esta passou a ser a única opção, pois o Estado proibiu que as adoções domésticas acontecessem. Em casos em que as adoções domésticas fossem descobertas, tanto a família adotiva quanto a família biológica receberiam punição (CEBALLO, 2019.)

4. AS CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA DE FILHO ÚNICO POR MEIO DA LENTE DE GÊNERO

Como observado anteriormente, a prática de feminicídio na China se tratou de uma prática milenar que continuou com a instalação da Política de Filho Único, funcionando como artifício para que a família pudesse ter um filho do gênero escolhido. Isso resultou em sérias assimetrias, que já existiam mas foram reforçadas com a prática. No capítulo a seguir, abordaremos as questões dos Direitos Humanos da Mulheres, introduzida como direito fundamental na Carta das Nações Unidas, trataremos sobre os Direitos Sexuais e Reprodutivos, assegurados como inalienáveis, assinalados a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos com conceituações de saúde sexual e reprodutiva, trataremos sobre as Violações dos Direitos Humanos da População Feminina Chinesa e por fim, abordaremos as assimetrias de gênero entre homens e mulheres.

4.1 Direitos Humanos das Mulheres

A institucionalização dos Direitos Humanos de forma geral atravessou um tortuoso caminho até seu reconhecimento e durante seu percurso muito se foi questionado o que seria e para quem eram destinados. O entendimento contemporâneo do termo foi introduzido na Declaração Universal de 1948 e reforçada pela Declaração de Direitos Humanos de Viena em 1993. Por meio disso, uma série de tratados internacionais e convenções, os Direitos Humanos vêm sendo expandidos e atuando em âmbitos nacionais, pois os tratados internacionais e convenções quando assinados pelos países passar a possuir autoridade de lei a partir de suas ratificações no Congresso Nacional (PINHEIRO, 2020; PIOVESAN, 2014; PITANGUY, 2017).

Ao longo dos anos, as mulheres têm sido desprovidas da ação plena de direitos humanos e vêm sendo sujeitas a violências e abusos, seja em situações de guerra, ou em espaços domésticos e de vida familiar e com tais aspectos tiveram grande importância na ampliação e no alcance dos direitos humanos. Mesmo que a questão de igualdade de gênero tenha sido elencada como direito fundamental desde a Carta das Nações Unidas em 1945, foram necessários diversos anos e técnicas para a aplicação da política de mulheres rente a organismos internacionais e governos, em vários espaços de diálogo político, seja local ou global, até que uma série de programas e mecanismos de ações fossem determinados para a difusão de direitos (PINHEIRO, 2020; PITANGUY, 2017).

Assuntos como direitos sexuais e reprodutivos, violência doméstica, violência física, direitos sociais e específicos a mulheres sempre fizeram parte de sua agenda e vem sendo situadas por esses movimentos nas pautas levantadas no contexto nacional e das Nações Unidas (PITANGUY, 2017).

Por mais que o movimento de mulheres venha desde de muito tempo antes da fundação da ONU, foi com a organização que ela conquistou visibilidade. A evolução dos esforços da ONU em relação aos direitos das mulheres podem ser compreendidos por meio de algumas fases. A primeira fase de 1945 a 1962, onde o empenho da organização se voltava à equidade das mulheres em relação aos homens, onde estudos promovidos pela organização apontaram que tal discriminação é algo preponderante em diversas localidades do mundo. Questões como desigualdade de salários para os mesmos cargos, distinção ao acesso educacional e a direitos de propriedade, além de restrição ao direito de voto (GUARNIERI, 2010; BOUTROS-GHALI, 1996).

A Carta da ONU mostrou a abrangência da organização a respeito das questões de gênero, dando espaço a mudanças de grande preocupações no âmbito internacional. Com as questões de gênero em foco, a Carta da ONU põe à disposição do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) o fomento dos direitos humanos, em inclusão dos direitos das mulheres. Vendo a necessidade da criação de um órgão específico para tais responsabilidades, a Comissão sobre o Status das Mulheres¹⁶ (CSW) é criado em 1946. A Comissão tinha duas funções principais, uma sobre a preparação de relatórios e recomendações para a promoção dos direitos humanos das mulheres nos campos civis, econômicos, educacionais e políticos, e a de realizar recomendações a problemáticas relacionadas aos direitos das mulheres que necessitam de imediata atenção. De forma intrínseca, os princípios da CSW são de que homens e mulheres partilham dos mesmo direitos, independentes de sua nacionalidade, raça, língua e religião (GUARNIERI, 2010).

A CSW teve grande importância no esboço da Declaração Universal dos Humanos em 1948. Na ocasião, teve o cuidado de incluir uma linguagem igualitária entre homens e mulheres e os trabalhos realizados pela CSW foram fundamentais na elaboração da Convenção dos Direitos Políticos das Mulheres (1952). Tal Convenção teve como princípios principais o reconhecimento e a proteção dos direitos políticos das mulheres, fornecendo-lhes cidadania política por meio do direito ao voto, concorrer em eleições e ocuparem cargos

¹⁶ *Commission of the Status of Women*

públicos. “As resistências ao fortalecimento das mulheres nas sociedades ficaram visíveis pela repulsa aos mandamentos da Convenção, quando de sua ratificação pelos Estados, muitos dos quais opuseram reservas a provisões nela constantes” (GUARNIERI, 2010, p. 70). Outra convenção institucionalizada pela CSW foi a Convenção da Nacionalidade das Mulheres Casadas (1957). Ambas as convenções tiveram grande contribuição para a visibilidade de questões consideradas reservadas a questões domésticas e privadas.

A histórica e profunda distinção do devir feminino, como sendo privado (doméstico), e do masculino, como sendo público, não apenas tornou invisíveis as mulheres enquanto sujeitos políticos como também impossibilitou a politização de questões vistas como privadas (domésticas ou familiares) por muito tempo. Questões como mutilação genital feminina, casamento forçado e todo um conjunto de violência perpetrada contra as mulheres, assim como sua absoluta ausência nos espaços de tomada de decisão e representação política, ganharam reconhecimento na arena global, resultando em esforços conjuntos, entre os quais se destaca a Declaração sobre a Eliminação de Todas as Discriminações contra a Mulher (1967) (PINHEIRO, 2020, 408-409).

A participação da vida pública é transpassada por estruturas sociais onde a diferenciação, hierarquização e as desigualdades são reproduzidas e perduradas entre homens e mulheres. Em função disto, conciliar a vida pública e a privada tem sido uma desafiante tarefa para as mulheres para que assim elas possam se identificar e se inserir em locais de pertencimento, se inserirem em locais de representação e atuarem no campo político a fim de para pleitear assuntos específicos (PINHEIRO, 2020). Tendo em vista a internacionalização dos direitos humanos, em 1993, na Declaração dos Direitos Humanos de Viena, se afirmaram sobre os direitos humanos das mulheres e das meninas como parte integral, indivisível e inalienável dos direitos humanos universais. Tais aspectos foram reafirmados durante a Plataforma de Ação de Pequim em 1995 (PIOVESAN, 2014).

O segundo período ocorreu em meio às mudanças no âmbito da ONU em decorrência do aumento do número de Estados-membros proveniente do processo de descolonização. Com a emergência de diversas nações independentes onde, em sua maioria, ex-colônias, a ONU necessitou incluir problemáticas que até então eram exclusivas dos países terceiro mundistas. Quanto às mulheres, lhes foi reconhecida a questão central referente ao desenvolvimento social e econômico das sociedades em papel de beneficiárias e agente de mudanças (GUARNIERI, 2010; BOUTROS-GHALI, 1996).

Oriundas dessas preocupações, as Nações Unidas procurou direcionar seus programas de assistência técnica para as mulheres dos países em desenvolvimento, sem deixar de dar importância aos esforços em prol da consolidação da igualdade das mulheres. Tais esforços

resultaram na Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (1967). A Declaração teve grande importância para a base jurídica da igualdade das mulheres. Seu documento reuniu uma lista de áreas em que a igualdade entre homens e mulheres deveria ser afirmada. Proclamou ainda que a discriminação direcionada as mulheres era injusta e estabelecia uma ofensa a dignidade humana. A discriminação de gênero foi qualificada como prática inconcebível para o bem-estar da família e sociedade (BOUTROS-GHALI, 1996).

Através de uma recomendação da CSW, acrescido com apoio da Assembleia Geral e do ECOSOC, 1975 foi escolhido como o Ano Internacional da Mulher. A escolha teve como fim alertar a comunidade internacional sobre a questão discriminatória contra as mulheres em boa parte do mundo. A instituição do ano internacional da mulher espalhou o avanço do movimento feminista no mundo e estabilizada o enfrentamento do feminino de forma coletivo por meio da percepção do compartilhamento das problemáticas e dificuldades enfrentadas pelas mulheres em diferentes partes do mundo (GUARNIERI, 2010).

A fim de celebrar o Ano Internacional da Mulher, foi organizado uma conferência internacional sobre a mulher a fim de avaliar a efetivação das recomendações da CSW contra a discriminação das mulheres e reproduzir planos de ações voltados ao fortalecimento de mulheres no mundo. Assim ocorreu a Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em 1975 na Cidade do México, que “serviu como instrumento de mobilização para as mulheres de várias partes do mundo, fortalecendo o relacionamento entre a ONU e a sociedade civil, por meio da atuação de organizações não-estatais, como as ONGs” (GUARNIERI, 2010, p. 73).

Ao fim da conferência, foi organizado um Plano de Ação para a Implementação dos Objetivos do Ano Internacional das Mulheres que se mostrou como um guia de direcionamento para o avanço da condição das mulheres no mundo. Os objetivos do Plano eram o de promover a igualdade entre homens e mulheres por meio da integração e contribuição das mulheres no desenvolvimento e na paz mundial. Os objetivos também incluíam sugestões de ação nacional e internacional para as mulheres pudessem ter educação, participação política e emprego de formas igualitárias. Como resultado da Conferência e do Plano de Ação, houve o estabelecimento da Década das Mulheres (GUARNIERI, 2010, PINHEIRO, 2020). A Década das Mulheres foi um período marcado pelas Conferências de Copenhague e Nairóbi, além da Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), de 1979.

A Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) foi estabelecida por meio da Resolução nº 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 18 de dezembro de 1979. A CEDAW compreende as formas discriminatórias que o sexo feminino sofre ao redor do mundo, consistindo nas mais variadas violências onde por muitas vezes, existe um padrão de conduta das sociedades que são marcadas pelo patriarcalismo e pelo machismo. Em seu artigo 1º traz:

Para os fins da presente Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo¹⁷ (CEDAW, 1979).

Por meio da Convenção, foi estabelecida uma lista de deveres aos Estados-partes de forma a atuarem internamente a fim de eliminar a discriminação contra as mulheres por meio da promoção da igualdade entre os gêneros. Como é perceptível aos seus dispositivos o reconhecimento das discrepâncias ocorridas nos mais diversos âmbitos das vidas das mulheres, prevê a mudança em estruturas legislativas assim como a apresentação de mecanismos afirmativos a fim de promoverem o status e defesa das mulheres nos países signatários. O Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres foi promovido como aparelho de monitoramento das disposições previstas pela CEDAW, onde os Estados-partes de quatro em quatro anos - ou quando solicitados - elaboram e enviam relatórios contendo as medidas tomadas para que os direitos previstos na Convenção sejam assegurados (GONÇALVES, 2007).

No que se refere ao plano dos direitos humanos, a Convenção de 1979 foi a que mais obteve resguardos por conta dos Estados-partes, principalmente nas questões que dizem respeito à igualdade no âmbito familiar entre homens e mulheres. Essas reservas tiveram argumentos quanto a questões culturais, religiosas e até mesmo legais como justificativas, onde países como Egito e Bangladesh acusaram a CEDAW de cometer “intolerância religiosa e imperialismo cultural” (PIOVESAN, 2014, p. 25), ao lhes impor uma perspectiva de igualdade entre homens e mulheres.

A CEDAW e o Comitê responsável pelo monitoramento de sua aplicação, foram marcos importantes para o entendimento, que sem a participação ativa das mulheres em todas

¹⁷ CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER (Microsoft Word - Conven347343o.doc) (onumulheres.org.br)

as esferas sociais, o desenvolvimento dos países não seria possível. Outro fator, foram as Conferências de Copenhague (1980) e em Nairóbi (1985) que também atuaram no monitoramento de implementação do Plano de Ação do México, além de recomendações e relatórios da CEDAW.

Em setembro de 1995, ocorria em Pequim a IV Conferência Mundial sobre Mulheres com temáticas de paz, desenvolvimento e igualdade. A Conferência de Pequim, se insere no contexto da evolução dos movimentos de mulheres, não apenas com a junção de debates em várias questões relacionadas à vida social, mas também na mobilização social de segmentos sociais onde as mulheres estavam inseridas. Em tese, o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres que vêm ocorrendo nas últimas quatro décadas se deu pela mudança da compreensão das realidades sociais com as perspectivas de gênero, não se atendo apenas a questões de singularidade das mulheres, mas também das complexas violações de direitos humanos que a assimetria entre homens e mulheres na distribuição de bens, riquezas e poder transparecem (PINHEIRO, 2020).

4.1.1 Direitos Sexuais e Reprodutivos

A construção e conduta da reprodução e da sexualidade sempre foram assuntos cerceados, controlados por meio de mitos e preconceitos, onde durante os séculos foi possível observar a fecundidade concebida como uma “benção” e onde a sua falta seria considerada uma calamidade (CHAGAS, LEMOS, 2013, p. 4). Ademais, “essa mesma construção fundamentada em bases biológicas com foco na preservação da espécie e sustentada por doutrinas religiosas, determinou ao longo de nossa história, que a sexualidade fosse compreendida como um evento meramente reprodutivo” (DIAZ, CABRAL, SANTOS, 2004, p. 7). A construção social do papel do homem e da mulher na sociedade gerada pelas desigualdades foram baseados não apenas nas diferenças nas concepções biológicas, mas também de um controle e violência contra a mulher, seu corpo e também sua sexualidade. A partir disso podemos compreender a relação entre a estrutura familiar e a reprodução humana interligada a relações de poder, sejam elas de gênero ou sociais. (CHAGAS, LEMOS, 2013).

Os Direitos Sexuais e Reprodutivos (DSR) foram assinalados a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tais Direitos abrangem as conceituações de saúde sexual e reprodutiva, nascendo a partir da Conferência Internacional sobre População e

Desenvolvimento (CIPD) de 1994 que aconteceu na cidade do Cairo e ressaltados na Conferência de Pequim. As duas conferências se mostraram fundamentais para o reconhecimento dos direitos reprodutivos como direitos fundamentais (FRANZE, BENEDET, WALL, 2018).

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) teve grande importância quanto à promoção da saúde pública e na mudança de paradigmas de políticas populacionais e na defesa das premissas dos direitos humanos, assim como também no avanço da igualdade e de bem-estar social de gênero e planejamento familiar (CORRÊA, JANNUZZI, ALVES, 2003, p.1). Quanto ao Direito Reprodutivo, no capítulo VII - parágrafo 7.3 do texto da Plataforma de Ação do Cairo:

Esses direitos se baseiam no reconhecido direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de seus filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais alto padrão de saúde sexual e de reprodução. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência, conforme expresso em documentos sobre direitos humanos. No exercício desse direito, devem levar em consideração as necessidades de seus filhos atuais e futuros e suas responsabilidades para com a comunidade. A promoção do exercício responsável desses direitos por todo indivíduo deve ser a base fundamental de políticas e programas de governos e da comunidade na área da saúde reprodutiva, inclusive o planejamento familiar (RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 1994, p. 62)

Os direitos reprodutivos e os direitos sexuais são correlatos, eles atestam a prática livre da sexualidade e a autonomia nas decisões pessoais no que tange a vida sexual e a reprodução. Essas duas questões se relacionam a uma temática mais abrangente dos Direitos Humanos e se relacionam a questões de cidadania moderna pensadas ainda no século XVIII a partir de princípios iluministas. Quando se fala sobre prática livre da sexualidade, refere-se ao direito dos indivíduos em obter informações e condições de tomarem decisões e assumir responsabilidades em base a ética pessoal e em ética social e que sustentem sua integridade e saúde (DIAZ, CABRAL, SANTOS, 2004; CORRÊA, JANNUZZI, ALVES, 2003).

Para as mulheres, a partir das perspectivas de construção dos direitos sexuais e reprodutivos significa romper com a sujeição à qual sempre estiveram submetidas em relação ao próprio corpo. A pauta de autonomia também foi abraçada pelo movimento feminista que acarretava em um projeto de existência que abrangendo as mais variadas áreas da vida, sobretudo as relacionadas a sexualidade e reprodução. Onde questões de escolhas privadas acerca de assuntos sexuais e reprodutivos se tornaram pontos centrais relacionados ao movimento feminista pelo mundo (CORRÊA, JANNUZZI, ALVES, 2003).

E que a persistência da desigualdade entre homens e mulheres é um empecilho às liberdades sexuais e reprodutivas, onde a violência da vida cotidiana atua como dispositivo de manutenção na dominância sobre a vida sexual das mulheres (ÁVILA, 2003). A Conferência do Cairo, efetivou o panorama dos direitos sexuais e reprodutivos, contudo, as conquistas não aconteceram sem que houvesse resistência por parte do conservadorismo que tentou impedir o conteúdo final na Plataforma de Ação (ALVES, 2004).

O debate sobre a saúde reprodutiva tornou-se parte das políticas públicas, em um primeiro momento de modo geral e não como uma questão específica no que se referia a política de saúde. Contudo, a conceituação de saúde passou por algumas mudanças no decorrer dos anos. Em 1948, a Organização Mundial da Saúde (OMS) define a saúde sendo “[...] um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença e enfermidade”¹⁸. Posteriormente, a OMS desenvolveu uma nova definição onde a saúde passou a ser responsabilidade de todas as instituições e setores e não apenas do setor saúde, para que assim, aumentasse a influência do bem-estar dos indivíduos e da comunidade. Houve também a conceituação de saúde da mulher que em seu plano de atendimento médico, incluía pedidos de pré-natais e partos com qualidade, além de acesso à informação sobre procedimentos médicos (CORRÊA, JANNUZZI, ALVES, 2003).

O debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos tem suas próprias particularidades, onde a questão dos direitos se desenvolve de forma mais ampla do que a questão da saúde, por mais que esta última seja um direito fundamental. Os direitos reprodutivos se contrapõem a quaisquer formas de coerção de controle de natalidade e a qualquer exigência natalista que proíba o uso de métodos contraceptivos. Desta forma, toda e qualquer pessoa tem a liberdade de decidir como, quando e quantos filhos quer ter e até mesmo se os não quiser, por meio do direito não reprodutivo. Os direitos reprodutivos são fundamentais para que os indivíduos, em especial, as mulheres, possam desempenhar seus direitos à saúde de boa qualidade, além de lhe serem assegurados livre informação, respeito e confidencialidade. No que tange os direitos sexuais, seu desenvolvimento é mais recente e contém um contexto mais complexo, pois está diretamente ligado a questões reprodutivas, como assim definidas na Plataforma de Ação do Cairo e também em Pequim. A temática acerca dos direitos sexuais dá um maior foco ao tema

¹⁸Disponível

em: <<https://brasil.un.org/pt-br/74566-sa%C3%BAde-mental-depnde-de-bem-estar-f%C3%ADsico-e-social-diz-oms-em-dia-mundial>>. Acesso em 01 de jan. de 2024.

da sexualidade e mostra a perspectiva da separação de sexo e reprodução (CORRÊA, JANNUZZI, ALVES, 2003).

4.2 Violação dos Direitos Humanos da População Feminina Chinesa

As diretrizes internacionais dos direitos humanos são vastas o bastante para alojar as opiniões oficiais chinesas. Tais opiniões divergem em determinados aspectos das ideias ocidentais dominantes, mas encontram pontos em comum com diversos países do Terceiro Mundo com influência soviética. De acordo com Andrew Nathan (1994) a jurisprudência oficial chinesa considera os direitos não como algo “natural”, mas como algo dado pelo Estado a serem limitados e definidos por lei, prioriza os direitos sociais e econômicos sobre os direitos civis e políticos, e os direitos nacionais de autodeterminação e desenvolvimento sobre os direitos dos cidadãos individuais.

Dentro do sistema tradicional chinês, há a presença de uma extensa relação entre o lar e o Estado onde a manutenção da estabilidade familiar antecede a estabilidade nacional e por meio disso as estruturas patriarcais são utilizadas como o centro essencial para a manutenção da estabilidade familiar. A questão da figura da mulher em meio a sociedade chinesa se mostrou complicada desde muito tempo. Como citado anteriormente, a sociedade chinesa tradicional se baseou com os princípios fundados pelo confucionismo. Confúcio foi um dos pensadores mais influentes da China e seus pensamentos só foram colocados em prática após sua morte, durante a dinastia Han (206 a.C a 220 d.C). Em seus ensinamentos, a normalização da submissão e inferioridade feminina foram passados (FERNANDES, 2020; PROZCZINSKI, 2017).

A função da mulher, de acordo com o confucionismo, era regida por meio das três submissões. A primeira ocorria em decorrência da obediência ao pai, enquanto solteira, após o casamento se passava ao marido e com a morte deste, passada ao filho. O nascimento de uma menina em meio a família também não era um evento muito valorizado, em vista que se tratava de um desperdício ao invés de investimento, onde uma vez casada, a mulher viveria em detrimento ao marido em sua família, rompendo o convívio com sua família de nascimento. Em quase todos os casos, esses casamentos eram ocorridos por meio de arranjos, onde a mulher era submetida a uma nova vida, nova família e em determinados casos nova cidade, ou seja, a mulher sempre estaria dependente de um homem em qualquer fase da vida em que

estivesse (PROZCZINSKI, 2017). Ela era responsável por manter a harmonia do lar, de acordo com as regras confucionistas “agindo assim como meio fortalecedor do Estado” (FERNANDES, 2020).

Por mais que tais aspectos fossem cobrados, eles não eram vistos necessariamente como virtudes, mas sim como obrigação por parte do gênero feminino. A continuação das condutas empregadas na sociedade patriarcal eram passadas pela família, em específico pelas figuras masculinas, pois dentro do seio familiar não cabia à mulher a tomada de decisão. Essa conduta de exclusão feminina é vista nas bases do pensamento confucionista pelos quais o Estado veio a se moldar de forma, que a estrutura hierárquica dentro do lar, com tratamentos de respeito, obediência e ordem são os mesmos a serem respeitados em toda a estrutura do Estado (PROZCZINSKI, 2017).

Toda a educação feminina era baseada em torno das disciplinas e daquilo que uma mulher deveria ser, casta, submissa, uma boa mãe e uma boa esposa, sem nunca se queixarem. Desta forma, se tornar uma mulher ideal, era o mínimo que aquela mulher poderia fazer, já que a família teve a infelicidade de ter uma filha. Essa hipervalorização do gênero masculino, fez com que o feminicídio, em especial o infanticídio feminino se tornasse uma prática recorrente, principalmente se na família já existisse uma menina. Em geral, essas crianças eram abandonadas ou mortas, até que um menino chegasse à família. Isso mostra que a prática de violência feminina não se tornou um aspecto especial pós-implementação da Política de Filho Único.

A questão da igualdade de gênero, foi um marco almejado (e atingido em teoria) a partir da chegada do PCC ao poder com a proclamação da República Popular da China. Na Constituição de 1954, o artigo 86º contempla “Todos os cidadãos da República Popular da China maiores de 18 anos têm o direito de eleger e ser eleitos, independentemente de nacionalidade, raça, sexo, profissão, origem social, crença, instrução, bens e residência; excetuam-se os alienados e as pessoas privadas, por lei, do direito de eleger e ser eleitos; Assim, como os homens, as mulheres gozam do direito de eleger e ser eleitas” e o artigo 96º “Na República Popular da China as mulheres têm os mesmos direitos que os homens em todos os domínios da vida política, econômica, cultural, social e familiar.” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 1954). Contudo, poucos foram os acentos políticos ocupados pelas mulheres.

Em meio aos avanços da transformação política, a mulher, para Mao Zedong, tinha o mesmo valor que o homem, especialmente na medida em que assemelha cada vez mais a sua imagem. Contudo, a anulação do feminino em razão da característica masculina se mostrou um aspecto grave. As mulheres comunistas eram divididas em três categorias, a primeira diz respeito às heroínas, aquelas que se dedicavam a luta socialista; a segunda categoria, eram as vítimas oprimidas do imperialismo e feudalismo; e por fim, as intelectuais burguesas e as donas de casa. Com a consolidação da República Popular, as mulheres trabalhadoras passaram a existir e a serem valorizadas, já que passaram a contribuir para o desenvolvimento produtivo do país (PROZCZINSKI, 2017).

4.3 Assimetria entre homens e mulheres na população chinesa

É inegável que a Política de Filho Único não apenas alterou as bases sociais da China a fim de implementar as medidas da política, como também acabou por alterar os costumes tradicionais da sociedade chinesa. Uma das maiores problemáticas da política e como já citada anteriormente é a desproporcionalidade entre o número de homens e mulheres. O fator gerador dessa causa se relaciona com as bases da sociedade tradicional pela preferência de filhos homens, impulsionado pelos ensinamentos confucionistas de piedade filial. Relacionado a isso tem-se a visão patrilinear de enfatização da progenitura, onde os direitos a herança ficavam a cargo do filho mais velho, os filhos - diferentes das filhas que ao se casarem passavam ser membro da família do marido, assumindo um novo sobrenome e uma nova família - eram responsáveis por criar herdeiros e perpetuar a família. Além do mais, para as famílias habitantes de áreas rurais, um filho contribuiria para o trabalho na terra e economicamente de forma que ao crescer ele construiria seu futuro e sustentaria os pais por extensão. Esse fator garantiria apoio aos membros idosos (ROSEMBERG, LING, 1996).

Com a ascensão da política e a obrigatoriedade de um filho - em determinados casos, dois - a preocupação sobre como se manteriam na terceira idade se mostrou uma grande questão por parte dos chineses. O aborto seletivo, abandono e infanticídio, se tornaram práticas nas famílias chinesas para que, assim, suas chances de criarem um único filho - preferencialmente homem - não fossem atrapalhadas. Tal aspecto também pode ser notado na do documentário *One Child Nation* que relata uma série de história sobre a aplicação da Política de Filho Único. Nanfu Wang, uma das diretoras do documentário, é a primeira a

contar sua história, ela nasceu em 1985, pouco depois no início da aplicação da política Quando questiona sua mãe, Zaodi, diz que por morarem em uma zona rural na província de Jiangxi, um segundo filho era permitido, mas não incentivado. Zaodi, também relata que nas vésperas de seu parto, sua mãe colocou um cesto na sala e disse que caso a criança que ela esperasse fosse menina, a mesma seria deixada na rua, quando a criança nasceu e era um menino, a mesma comemorou (ONE-CHILD NATION, 2019).

O efeito das normas de gênero sobre as mulheres são mais fortes naquelas nascidas antes da década de 1950, em menor grau nas nascidas de 1950 a 1960, no entanto, as nascidas a partir de 1979, já com a política instituída, tiveram mais poder para desafiar as normas de gênero. A antropóloga e socióloga Vanessa Fong (2002) realiza um trabalho sobre como as mulheres nascidas na política de filho único, puderam se beneficiar com a política. A baixa taxa de fertilidade foi um dos fatores, mas não atuou no empoderamento feminino sozinho. Contudo, essa baixa fertilidade só pode atuar de forma benéfica nas áreas onde havia melhores oportunidades de educação e emprego, ou seja, nas áreas urbanas - consequentemente nas áreas onde a política foi melhor aceita. Nessas áreas houve uma baixa resistência à aplicação da política e a justificativa para tal pode se dar pela internalização do indivíduo ao modelo cultural de modernidade que atuou no declínio da fertilidade em diversas sociedades no mundo:

A taxa de fertilidade de uma sociedade geralmente está relacionada ao grau em que ela adotou uma economia moderna na qual a mortalidade infantil é baixa, a maioria das pessoas vive em ambientes urbanos nos quais as crianças consomem muito mais do que produzem, a maioria das mães e dos pais trabalha em empregos incompatíveis com a criação dos filhos e a educação *extensiva* é difundida para ambos os sexos e vista como caminho para o sucesso socioeconômico¹⁹ (FONG, 2002, p. 1099).

É mais provável que em uma economia moderna, casais querem ter menos filhos, pois não poderão contribuir muito - economicamente - apesar de gastarem mais tempo e dinheiro para serem criados. Em famílias com filhos únicos, elas têm mais chances de serem incentivadas a buscarem melhores educações e carreiras, funções que exigem mais tempo e consequentemente fatores em sociedade que baixam a fertilidade. Em sociedades de economia moderna, a taxa de emprego das mulheres tende a aumentar e o preconceito dos pais contra as filhas tende a diminuir, quando as mesmas se mostram capazes de conseguir dinheiro. A transição da fertilidade resultou com que as filhas tivessem um recebimento de maiores

¹⁹ A society's fertility rate usually correlates with the degree to which it has adopted a modern economy in which child mortality is low, most people live in urban environments in which children consume a lot more than they produce, most mothers as well as fathers work at jobs incompatible with childrearing, and extensive education is widespread for both genders and seen as the road to socioeconomic success (FONG, 2002, p. 1099).

investimentos por parte dos pais e que continuassem filiais pelo resto da vida, valor bem visto pelos chineses (FONG, 2002).

Nas gerações anteriores à política, um dos obstáculos relevantes era o de hipótese de que as filhas não conseguiriam manter os pais na velhice, devido a isso, os maiores recursos eram direcionados na criação dos filhos homens. Por mais que as feministas chinesas ainda na década de 1920 tenham defendido o trabalho remunerado como o caminho para a emancipação das mulheres, mesmo com a criação de vagas no país, logo com a ascensão do PCC essas mulheres estavam mais voltadas a geração e criação de seus filhos, do que preenchendo tais vagas. Além disso, a questão da dupla jornada também pode ser mencionada, as mulheres que trabalhavam - e isso ocorre ainda hoje - são sobrecarregadas por realizarem um primeiro turno no trabalho remunerado e um segundo no trabalho doméstico. Ainda assim, a questão do trabalho remunerado, deu o impulso o suficiente para que as filhas pudessem manter as relações com os próprios pais, fortalecendo a questão de serem filiais:

Os pais cujo amor, esperança e necessidade de apoio na velhice estão todos concentrados em apenas um filho tendem a fazer o que for necessário para que esse filho seja feliz e bem sucedido, independentemente do gênero da criança. As filhas e seus pais enfrentam o desafio extra de conquistar a felicidade e sucesso em uma sociedade estruturada por normas de gênero que há muito tempo desfavorecem as mulheres. Elas enfrentam esse desafio com a combinação estratégica de conformidade e resistência²⁰ (FONG, 2002, p. 1102).

As mulheres enfrentam uma série de problemas que Fong (2002) chama de “teto de vidro”, tais problemas são causados pela grande carga de responsabilidade doméstica e por normas de gênero que acabam por favorecer os homens em profissões de elite. Em empregos de maior prestígio e com melhores salários, o número de mulheres é pequeno, em partes por conta do segundo turno de trabalho - casa e filhos - e também devido à convicção por parte dos empregadores de que as mulheres não têm criatividade e desempenho o suficiente para realizarem esses trabalhos.

No final 1992, o número de trabalhadoras do sexo feminino alcançou os 56 milhões e taxa de trabalho das mulheres urbanas se apresentou mais elevada que as dos homens com um crescimento medial anual de 4,9% na década de 1980. A Política de Filho Único acabou promovendo uma maior conscientização sobre o desenvolvimento individual e promoveu

²⁰ Parents whose love, hope, and need for old-age support are all pinned on just one child tend to do whatever is necessary to make that child happy and successful, regardless of the child's gender. Daughters and their parents face the extra challenge of winning happiness and success in a society structured by gender norms that have long disadvantaged women. They meet this challenge with a strategic combination of conformity and resistance (FONG, 2002, p. 1102).

maiores oportunidades de emprego e educação. A preferência por filhos do sexo masculino não era um problema unicamente rural, ele também afetou as áreas urbanas e os efeitos da Política de Filho Único nessas áreas forma mistos. É possível presumir que as mulheres nessas áreas também foram vítimas de discriminação e também sofreram com a questão de abortos seletivos, contudo, as filhas e mães chinesas urbanas buscaram resistir para que as normas sociais não atrapalhassem seus interesses. (LIU, 2017).

Como nas áreas urbanas as meninas eram de certa forma valorizadas em mesmo patamar que os meninos, as mães tinham um maior espaço para que pudessem realizar seus desenvolvimentos pessoais. A questão das mulheres rurais também sofreu alteração e caminhou para alguma melhoria quando o governo começou a dar mais atenção a disparidade e discriminação de gênero. Em 2004, o então Primeiro-Ministro Hu Jintao que a questão de desproporcionalidade entre os sexos deveria ter um fim e no mesmo ano é lançado o *Action to Foster Girls*²¹, uma ação visando a adoção de meninas em um pequeno número de condados em que havia uma baixa taxa de nascimento por sexo. Além do mais, a cultura de adoção havia sido desenvolvida em áreas rurais, onde casais com apenas filhos adotavam uma menina a fim de criarem uma família completa. O incentivo e o desenvolvimento de melhores condições de bem-estar fizeram com que houvesse uma diminuição na taxa de abandono notada no início dos anos 2000.

Uma maior disposição de recursos também resultou em um maior domínio das mulheres dentro do casamento. Na província de Hubei, algumas famílias passaram a realizar investimentos financeiros a fim de fornecer uma melhor educação superior aos seus filhos. Os benefícios da Política também podem ser notados a partir da melhoria do status das mulheres em meio às novas políticas que incluem o aumento de ganho das mulheres rurais. Uma maior importância foi dada ao *Action to Foster Girls*, ao passo que uma maior atenção a questão educacional das meninas foi dada, além de um aumento nas taxas de sobrevivência de bebês do sexo feminino. Por mais que tais aspectos sejam animadores, o governo chinês subestimou a profunda e tradicional preferência de gênero ao tentar fazer a nação progredir por meio da limitação do crescimento populacional, a maior parte dos chineses não estava preparada. “Dado que o progresso social deve vir acompanhado do progresso cultural, o governo não deve mudar as normas sociais sem mudar a mentalidade das pessoas” (LIU, 2017, p. 15).

²¹ Ação para a promoção de meninas

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa apresentamos a Política de Filho Único e os impactos da medida na sociedade feminina chinesa, durante os anos da aplicação da política. Para isso analisamos primeiramente a construção do Estado chinês por meio da invasão de seus vizinhos e impérios além mar, acrescido de revoltas internas como a Revolta dos Boxers e a Revolta de Taiping. Por meio disso é possível observar que tais fatores foram fundamentais para despertar a força dos chineses a levantes, expulsando não apenas os estrangeiros, mas também servindo como ferramenta de mudança social causados pela insatisfação popular. Após isso, inflados pelo sentimento revolucionário e pelo sucesso da Revolução Russa ocorrida em 1917 a classe estudantil e operária se junta formando o que futuramente viria a ser o Partido Comunista Chinês (PCC) orquestrando assim seu próprio levante nacionalista tendo como dirigente Mao Zedong.

Com a Revolução Chinesa de 1949 a figura de Mao Zedong como líder revolucionário da China e incentivou o aumento da natalidade a fim de implantar suas reformas por meio da mão de obra o passo que quando tal medida se mostrou insustentável o governo passou a incentivar medidas brandas de políticas populacionais. Com a mudança de poder com o pós morte de Mao e a subida de Deng Xiaoping no governo, as políticas de planejamento familiar foram aplicadas com maior rigor a fim de que a taxa de natalidade sofresse declínio. Esse planejamento foi aplicado por meio da Política de Filho Único. A partir dessas análises, buscamos responder quais as consequências em termos da Política de Filho Único implementada na China para os direitos reprodutivos das mulheres e na hipervalorização do gênero masculino.

Através de um dos objetivos específicos elencados no trabalho o de evidenciar o contexto histórico e político da República Popular da China quando a adoção da Política de Filho Único pode se perceber que devido à relação de proximidade com a URSS e a Teoria Marxista durante os primeiros anos de governo de Mao Zedong, a aplicação de quaisquer que fossem as políticas populacionais pensadas em diminuir a taxa de crescimento da população foram rachadas pelo pensamento de “mais pessoas, mais forças” a aplicação dessas políticas vinha sendo incentivada por demógrafos desde a década de 50, mas medidas quanto a isso só foram sendo tomadas quando a taxa de crescimento se mostrava insustentável em comparação ao crescimento do país, que futuramente viria a ser afetado.

Internamente o governo contava com duas vertentes, a de Mao como líder revolucionário que guiava o país a uma série de reformas buscando tirá-lo da fome e da miséria na tentativa de direcionar o país a uma posição de prestígio e a outra vertente que se mostrava mais realista onde as dificuldades da China deveriam ser superadas fazendo com que o país fosse economicamente moderno e autônomo. Uma medida realizada por Mao na tentativa de direcionar o país a modernização, foi a instituição do Grande Salto Adiante, onde a população chinesa foi chamada a participar para que assim, as metas de produção agrícola, duplicação da produção de aço pudessem aumentar. Contudo, a modernização dos meios de produção foi deixada na mão de pessoas sem o grau de instrução necessária e a campanha não deu o retorno devido. O Grande Salto Adiante teve como consequência um expressivo número de mortos em decorrência da fome que assolou o país.

Por meio da análise histórica do país, pode ser observado que um dos aspectos de maior valorização por parte dos chineses é o de prosperidade por meio da família e de um grande número de filhos. Esse fator foi encorajado pelos princípios de Confúcio e também por Mao Zedong, este acreditava que o controle de natalidade servia como um complô da burguesia para um genocídio. Seu pensamento acaba por espelhar a necessidade do país para um maior contingente de trabalhadores capazes de aplicar a reforma. A preocupação mundial com o crescimento populacional teve início na Inglaterra durante a Revolução Industrial onde as discussões de contracepção se atrelaram com os temas de crescimento populacional e aumento da pobreza, ao aplicarmos esse fator a questão chinesa o país passou por quatro períodos de Política de Planejamento Familiar, o primeiro onde não houve aplicação de 1949 a 1963 período esse que abrangeu as mortes do Grande Salto Adiante levando consequentemente um aumento na taxa de mortalidade e uma queda na taxa de natalidade; o segundo e terceiro de aplicação branda de 1963 a 1980 resultante da recuperação da taxa de natalidade após a Grande Fome, a rigorosa Política de Filho Único de 1980 a 2015.

Com a morte de Mao e a ascensão de Deng Xiaoping ao governo, a série de medidas mais brandas que vinha sendo aplicadas pela relação a políticas populacionais, sofrem uma mudança, resultando em uma política mais rigorosa, a de um único filho por família que passou a ser implementada. A regra geral da Política de Filho Único era de um filho por família independente do sexo ao passo que esse nascimento deveria ser autorizado pelo governo. A política de Deng teve uma melhor implementação nas áreas urbanas e isso ocorreu devido à facilidade a qual o governo contava de controlar essas pessoas já que muitas trabalhavam em órgão ou instituições do governo. Nas rurais o mesmo não ocorreu, pois as famílias que ali viviam tinham uma grande demanda de filhos em razão da agricultura

acrescidos de fatores culturais disseminados pelo confucionismo por meio da piedade filial. Por conta de questões tradicionais, o nascimento de um filho homem sempre foi mais valorizado, seja por questão de piedade filial onde o filho homem se torna responsável pelos pais, ou seja, pela questão econômica já que o filho contribuirá financeiramente para o sustento da família, diferente de uma filha mulher que ao passo em que se casa passa a pertencer à família do marido. Nessas áreas, desde que o casal cumprisse uma série de regras, como espaçamento entre um filho e outro e/ou caso o primeiro tivesse uma deficiência, esse casal poderia receber uma autorização para um segundo filho.

No geral, conclui-se que a política era rígida em ambas as áreas, em vista que o descumprimento por parte de seus cidadãos gerava represálias, multas e abortos forçados caso a gravidez não houvesse sido permitida, ao mesmo tempo que uma dessas áreas contava com uma maior permissividade em relação a concessões de um segundo filho, desde que as diretrizes ordenadas pelo governo fossem seguidas. Quanto ao último objetivo da pesquisa, de analisar as consequências da Política de Filho Único por meio da lente de gênero: violação dos direitos humanos da população feminina chinesa e assimetria entre homens e mulheres foi-se explorado a questão da construção dos direitos humanos das mulheres elencado como direito fundamental desde a Carta das Nações Unidas, e a questão de direitos sexuais e reprodutivos que são correlatos e assinalados a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Ao que se refere a assimetria entre os gêneros, a Política de Filho Único, foi responsável por alterar profundamente as bases sociais da China e conseqüentemente seus costumes tradicionais. Os efeitos das normas de gênero são mais sentidos naquelas nascidas anteriormente a política e mais leves nas mulheres que nasceram pós-implementação, pois estas tiveram uma maior poder de desafiar as normas de gênero, fator esse que suas mães e avós não puderam realizar. A questão de igualdade de gênero entra em conflito com a questão cultural do confucionismo que desvaloriza a mulher dentro do seu contexto social e familiar. De acordo com essa visão, a função da mulher é regida a partir de submissões, primeiro a seu pai, depois a seu marido e na falta deste de seu filho. A ela também se restringia a uma educação imbuída de disciplina baseada naquilo que uma mulher deveria ser casta, submissa, boa mãe e boa esposa. Essa desvalorização do gênero feminino em detrimento ao gênero masculino fez com que o infanticídio feminino se tornasse uma prática recorrente, principalmente se na família já existisse uma filha.

Por mais que a política tenha implementado certos aspectos negativos a baixa taxa de fertilidade pode proporcionar determinados fatores benéficos às mulheres que habitam áreas

com melhores oportunidades de educação e emprego. Essa relação tem a ver com o indivíduo e sua internalização ao modelo cultural de modernidade. Nessas economias modernas, as filhas únicas têm maiores chances de serem incentivadas a buscarem melhores condições de vida no futuro, por meio de maiores investimentos educacionais. A Política de Filho Único alcançou seu principal objetivo de frear a taxa de natalidade e de acordo com dados divulgados por autoridades chinesas, a política evitou de 250 a 300 milhões de nascimentos. A taxa de fertilidade total, caracterizada por uma média de filhos nascidos por mulher, caiu de 2,9 em 1979 para 1,7 em 2004 e a partir desses dados e da pesquisa realizada, o padrão demográfico da sociedade chinesa mostra que o padrão foi de um filho por família urbana e dois filhos para as famílias rurais (HESKETH, LU, XING, 2005).

Identifica-se que à hipótese previamente desenvolvida de como a Política de Filho Único implementada pelo ex-Presidente chinês Deng Xiaoping em 1979 desenvolveu em todo o país um complexo sistema de violações em relação às mulheres por meio de políticas de esterilizações forçadas e abortos seletivos provocando assim uma hiper-valorização do gênero masculino se comprovam parcialmente. Dos fatores propostos para se analisar apenas as esterilizações forçadas realizadas por parte do governo foram uma problemática totalmente decorrente da política. Em comparação dos abortos tardios, abandonos, infanticídios femininos e a preferência por filhos do gênero masculino são fatores que já existiam previamente antes da implementação da política.

REFERÊNCIAS

ABI-SAD, Sergio Calcas Mercador. **A potência do dragão: a estratégia diplomática da China**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

ALVES, José Eustáquio Diniz. A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica. **Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas**, p. 27, 2002. Disponível em:<Microsoft Word - Textos para discuss.o 4 - prova final.doc (ibge.gov.br)>. Acesso em 27 out. de 2023.

_____. As políticas populacionais e o planejamento familiar na América Latina e no Brasil. **Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas**, p. 1677-70, 2006. Disponível em:<Microsoft Word - Texto para discussão 21 - versão final.doc (usp.br)>. Acesso em 26 out. de 2023.

_____. “O Choque de Civilizações *versus* Progressos Civilizatórios. In: **Dez anos do Cairo: tendências da fecundidade e direitos reprodutivos no Brasil**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), 2004. Disponível em:<Miolo.pmd (unfpa.org)>. Acesso em 11 de nov. de 2023.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **A Revolução Chinesa**. [s.l.]/[s.d.]. Disponível em:<A revolução chinesa de 1949.pdf (usp.br)>. Acesso em 01 de jun. de 2023.

ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. suppl 2, p. S465-S469, 2003. Disponível em:<*29_direitos.qxd (scielosp.org)>. Acesso em 11 de nov. de 2023

BABIARZ, Kimberly Singer, et al. **The Limits (and human costs) of population policy: Fertility decline and sex selection in China under Mao**. National Bureau of Economic Research, 2018a. Disponível em:<w25130.rev0.pdf (nber.org)>. Acesso em: 17 de jan. de 2023.

_____. **The Limits and Consequences of Population Policy: Evidence from China’s Wan Xi Shao Campaign**. National Bureau of Economic Research, 2018b. Disponível em:<LLF.pdf (nber.org)>. Acesso em 18 jan. de 2023.

BACELETTE, Ricardo. **Eleições na China em 2012**: reflexos de mudanças socioeconômicas, 2012. Disponível em:<Repositório do Conhecimento do Ipea: Eleições na China em 2012 : reflexos de mudanças socioeconômicas>. Acesso em 28 jun. de 2023.

BANDEIRA, Mário Leston. Teorias da população e modernidade: o caso português. **Análise social**, Vol. 31. p. 7-43, 1996. Disponível em:<<https://www.jstor.org/stable/41011201>>. Acesso em 26 out. de 2023.

BHERING, Marcos Jungmann. **Controle de natalidade no Brasil**: um estudo sobre o Centro de Pesquisas e Assistência Integral à Mulher e à Criança (1975-1994). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:<197.pdf (fiocruz.br)>. Acesso em 26 out. de 2023.

BOUTROS-GHALI, Boutros. **The United Nations and the advancement of women, 1945-1996**. UN, 1996. Disponível em:<The United Nations and the advancement of women, 1945-1996.>. Acesso em 30 out. de 2023.

BUENO, André. **O futuro pertencerá às crianças?**. VII Simpósio Electrónico Internacional sobre Política Chinesa, 2017. Disponível em: <17_2-s_andre-bueno.pdf (asiared.com)>. Acesso em 14 nov. de 2022

CARBALLO, Íris Peres. **Adoção internacional de crianças chinesas: um ensaio sobre tráfico e corrupção**. 2019. Dissertação de Mestrado. Disponível em:<master_iris_peres_carballo.pdf (iscte-iul.pt)>. Acesso em 02 de set. de 2023.

CARLETTI, Anna. **Diplomacia e religião: encontros e desencontros nas relações entre a Santa Sé e a República Popular da China de 1949 a 2005**. 2008.

CHAGAS, Márcia Correia; LEMOS, Mariana Oliveira. O direito ao planejamento familiar como direito humano fundamental autônomo e absoluto. **XXII Encontro Nacional do CONPEDI/UNINOVE; Nov-2013; São Paulo [Internet]. São Paulo: UNINOVE**, p. 274-294, 2013. Disponível em:<* (publicadireito.com.br)>. Acesso em 21 de jan. de 2023.

CHEN, Ta; MODIANO, Maria de Lourdes Lima. Os problemas demográficos da China. **Revista do Serviço Público**, v. 3, n. 1, p. 44-53, 1950.

CHINA. [Constituição da República Popular da China, 1954]. Disponível em:<Constituição da República Popular da China (marxists.org)>. Acesso em 02 de nov. de 2023.

_____. [Constituição de 4 de Dezembro 1982 da República Popular da China]. Disponível em:<Constituição de 4 de Dezembro de 1982 da República Popular da China (io.gov.mo)>. Acesso em 28 out. de 2023.

CHINA, um país de enorme diversidade cultural, reunindo 56 etnias. **IBRACHINA**, 21 maio. de 2023. Disponível em:<China, um país de enorme diversidade cultural, reunindo 56 etnias - Ibrachina>. Acesso em 13 de nov. de 2023.

CHINA. Communiqué of the seventh national population census (No 2). **National Bureau of Statistics of China**. Disponível em:<Communiqué of the Seventh National Population Census (No. 2) (stats.gov.cn)>. Acesso em 06 de nov. de 2023.

COGGIOLA, Osvaldo. **A Revolução Chinesa**. Moderna, 1985. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/287205404_A_REVOLUCAO_CHINESA_Osvaldo_Coggiola>. Acesso em 06 de jun. de 2023.

CORRÊA, Sonia; ALVES, José Eustáquio Diniz; DE MARTINO JANNUZZI, Paulo. Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores. **Livros**, p. 27-62, 2015. Disponível em:<142-420-1-PB-libre.pdf (d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net)>. Acesso em 29 nov. de 2023.

DAVIN, Delia. The single-child family policy in the countryside. In: **China's one-child family policy**. London: Palgrave Macmillan UK, 1985. p. 37-82. Disponível em:<<https://rdcu.be/dqIU5>>. Acesso em 15 de out. de 2023.

DÍAZ, Margarita; CABRAL, Francisco; SANTOS, Leandro. **Os direitos sexuais e reprodutivos. Afinal, que paz queremos**, p. 45-70, 2004. Disponível em:<Microsoft Word - Mod_09_Os Dtos Sexuais e Reprodutivos.doc (adolescencia.org.br)>. Acesso em: 07 de nov. de 2023

FAIRBANK, Jonh King; GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história**. Porto Alegre, RS L&PM, 2008.

FENG, Wang; CAI, Yong; GU, Baochang. Population, policy, and politics: how will history judge China's one-child policy?. **Population and development review**, v. 38, p. 115-129, 2013. Disponível em:<Population, Policy, and Politics: How Will History Judge China's One-Child Policy? on JSTOR>. Acesso em 16 jan de 2023.

FERNANDES, Jennifer Caroline de Oliveira. ESTUPRO DE NANQUIM: ANÁLISE DA MULHER CHINESA ATRAVÉS DA ABORDAGEM FEMINISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Portal de Trabalhos Acadêmicos**, [S. l.], v. 7, n. 2, 2022. Disponível em:<<http://54.94.8.198/index.php/academico/article/view/1977>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

FERRAZ, MIRIAM OLIVIA KNOPIK; GONÇALVES, Lorena. CONTROLE DE NATALIDADE: A APLICAÇÃO DAS TEORIAS E POLÍTICAS POPULACIONAIS. **Revista Jurídica Luso-brasileira**, p. 1145-1182, 2021. Disponível em:<<https://iris.uniroma1.it/handle/11573/1619399>>. Acesso em 23 out. de 2023.

FONG, Vanessa L. China's one-child policy and the empowerment of urban daughters. **American anthropologist**, v. 104, n. 4, p. 1098-1109, 2002. Disponível em:<<https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1525/aa.2002.104.4.1098>>. Acesso em 10 de nov. de 2023.

FRANZE, Ana Maria Alves Kubernovicz; BENEDET, Deisi Cristine Forlin; WALL, Marilene Loewen. **Contextualização e Resgate Histórico dos Direitos Sexuais e Reprodutivos**. [s.d] Disponível em:<<http://hdl.handle.net/1884/53945>>. Acesso em 24 abr. de 2023.

GALVÊAS, Ernane. Thomas Robert Malthus: Princípios De Economia Política e Considerações Sobre sua Aplicação Prática - **Ensaio Sobre a População**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996. Disponível em:<[malthus\(1996\)principios de economiapolitica.pdf](http://malthus(1996)principios de economiapolitica.pdf) (usp.br)>. Acesso em 27 out de 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009. Disponível em:<<http://hdl.handle.net/10183/52806>>. Acesso em 17 jan. de 2022.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. Vol. 4. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:<GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.. — Maurício Façanha (ifrn.edu.br)>. Acesso em 17 jan. de 2022.

GONÇALVES, Fernanda Bernardo. A Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e a condição feminina nas " sociedades opressoras contemporâneas". **Revista Brasileira de Direito Internacional—RBDI**, v. 6, n. 6, 2007. Disponível em:<<https://revistas.ufpr.br/dint/article/viewFile/9625/6715>>. Acesso em 10 de nov. de 2023.

GREENHALGH, Susan. Population studies in China: privileged past, anxious future. **The Australian Journal of Chinese Affairs**, n. 24, p. 357-384, 1990. Disponível em:<<https://www.jstor.org/stable/2158904>> Acesso em 19 jun. de 2023

GUARNIERI, Tathiana Haddad. Os direitos das mulheres no contexto internacional – da criação da ONU (1945) à Conferência de Beijing (1995). **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**. n. 8, jan/jun, 2010. p. 1-28. Disponível em:<<https://docplayer.com.br/1416201-Os-direitos-das-mulheres-no-contexto-internacional-da-criacao-da-onu-1945-a-conferencia-de-beijing-1995-tathiana-haddad-guarnieri-1.html>>. Acesso em 09 de nov. de 2023.

HEER, David M. Abortion, Contraception, and Population Policy in the Soviet Union. **Demography**. v2, n 1, p 531-539, 1965. Disponível em:<Abortion, Contraception, and Population Policy in the Soviet Union | SpringerLink>. Acesso em 26 out. de 2023.

_____. Three issues in Soviet population policy. **Population and Development Review**, p. 229-252, 1977. Disponível em:<Three Issues in Soviet Population Policy on JSTOR>. Acesso em 26 out. de 2023.

HESKETH, Therese; LU, Li; XING, Zhu Wei. The effect of China's one-child family policy after 25 years. *New Engl J Med*, v. 353, n. 11, p. 1171-1176, 2005. Disponível em:<discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/8938/1/8938.pdf>. Acesso em 14 de nov. de 2023.

KANE, Penny; CHOI, Ching Y. China's one child family policy. **BMJ**, v. 319, n. 7215, 1999. Disponível em:<China's one child family policy | The BMJ>. Acesso em 17 jan de 2022.

KAUFMAN, Joan et al. Family planning policy and practice in China: A study of four rural counties. **Population and Development Review**, p. 707-729, 1989. Disponível em:<<https://www.jstor.org/stable/1972596>>. Acesso em 02 de nov. de 2023.

KHATWANI, Mukesh Kumar. CHINA'S ONE CHILD POLICY: A VIOLATION OF HUMAN RIGHTS AND SOCIAL CONSEQUENCES. **ASIA PACIFIC**. Disponível em:<Chinas-South-Asian-Curiosities-and-Strategies.pdf (researchgate.net)>. Acesso em 12 de nov. de 2023.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2011.

LAVELY, William; LEE, James; FENG, Wang. Chinese demography: the state of the field. **The Journal of Asian Studies**, v. 49, n. 4, p. 807-834, 1990. Disponível em:<<https://www.jstor.org/stable/2058237>>. Acesso em 17 de jun. de 2023

LIU, Minzhi. THE IMPLEMENTATION OF ONE-CHILD POLICY AND CHINESE WOMEN STATUS. 2000. Disponível em:<https://www.researchgate.net/profile/Menchi-Liu-2/publication/315808269_THE_IMPLEMENTATION_OF_ONE-CHILD_POLICY_AND_CHINESE_WOMEN_STATUS/links/58e736fba6fdcc1fda2b1512/THE-IMPLEMENTATION-OF-ONE-CHILD-POLICY-AND-CHINESE-WOMEN-STATUS.pdf>. Acesso em 13 de nov. de 2023

MENDONÇA, Bruno Macêdo. **A transição de Deng Xiaoping e a China contemporânea: continuidade e aprofundamento das reformas na era globalizada.** 2009. Disponível em:<Microsoft Word - Monografia X Curso de Especialização UnB>. Acesso em 12 de jun de 2023.

MENDONÇA, M. G. DE. Josué de Castro e o combate ao neomalthusianismo. **História Econômica & História de Empresas**, v. 17, n. 2, 17 mar. 2015. Disponível em:<Josué de Castro e o combate ao neomalthusianismo | História Econômica & História de Empresas (hehe.org.br)>. Acesso em 02 de nov. de 2023

MENIN, Lígia Valentina Colusso; BILLIG, Osvaldo Alencar. A POLÍTICA DO FILHO ÚNICO NA CHINA E SEUS IMPACTOS SOCIOCULTURAIS. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 8, 2022. Disponível em:<<https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/6508>>. Acesso em 14 nov de 2022.

NATHAN, Andrew J. Human rights in Chinese foreign policy. **The China Quarterly**, v. 139, p. 622-643, 1994. Disponível em:<<https://doi.org/10.1017/S0305741000043071>>. Acesso em 07 de nov. de 2023.

ONE Child Nation. Direção: Nanfu Wang, Jualing Zhang. Produção: Carolyn Hepburn; Christopher Clements; Christoph Jorg; Jialing Zhang; Julie Goldman; Nanfu Wang. Prime Video. 12 nov. de 2019. 88 minutos. Disponível em:<Prime Video: One Child Nation>.

PINHEIRO, Ana Laura Lobato. **Direitos humanos das mulheres.** 2020. Disponível em:<<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10321>>. Acesso em 09 de nov. de 2023.

PIOVESAN, Flávia. A proteção internacional dos direitos humanos das mulheres. **Cadernos Jurídicos, São Paulo, ano**, v. 15, p. 21-34, 2014. Disponível em:<Cadernos_Jurídicos_38.pdf (mpsp.mp.br)>. Acesso em 08 de nov. de 2023.

PITANGUY, Jacqueline. Os direitos humanos das mulheres. **Fundo Brasil de Direitos Humanos**, p. 1-3, 2017. Disponível em:<*artigo_mulheres_jacpit (fundobrasil.org.br)>. Acesso em 09 de nov. de 2023.

PROZCZINSKI, Daniele. A construção da mulher na China: submissão e feminicídio. **XI Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 2017. Disponível em:<http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499461322_ARQUIVO_DanieleProzczinski_Aconstruc_%23807_a_%23771_odamulhernaChina.pdf>. Acesso em 10 de nov. de 2023.

RELATÓRIO da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. **Plataforma de Cairo**. Disponível em:<inst_int.pdf (unfpa.org.br)>. Acesso em 10 nov. de 2023.

ROSENBERG, B. G.; JING, Qicheng. A revolution in family life: The political and social structural impact of China's one child policy. **Journal of Social Issues**, v. 52, n. 3, p. 51-69, 1996. Disponível em:<A Revolution in Family Life: The Political and Social Structural Impact of China's One Child Policy - Rosenberg - 1996 - Journal of Social Issues - Wiley Online Library>. Acesso 10 de nov. de 2023.

RUI, Wang. **O Problema da Demografia Chinesa**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade Tecnica de Lisboa (Portugal). Disponível em:<http://hdl.handle.net/10400.5/3818. Acesso em 11 de jun. de 2023.

SETTLES, Barbara H. et al. The one-child policy and its impact on Chinese families. In: **International handbook of Chinese families**. New York, NY: Springer New York, 2012. p. 627-646. Disponível em:<The One-Child Policy and Its Impact on Chinese Families | SpringerLink>. Acesso em 18 de jan. de 2023.

SILVA, J. A. B., Fontana, R. L. M., Costa, S. S., & Rodrigues, A. J. (2015). Teorias demográficas e o crescimento populacional no mundo. **Caderno De Graduação - Ciências Humanas E Sociais - UNIT - SERGIPE**, 2(3), 113–124. Disponível em:<https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/1951>. Acesso em 27 out. de 2023.

SKALLA, Nicole M. China's One-Child Policy: Illegal Children and the Family Planning Law. **Brook. J. Int'l L.**, v. 30, p. 329, 2004. Disponível em:<China's One-Child Policy: Illegal Children and the Family Planning Law (brooklaw.edu)>. Acesso em 21 de ago. de 2023

VIANA, Nildo. **A TEORIA DA POPULAÇÃO EM MARX** - DOI 10.5216/bgg.v26i2.4142. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 87–102, 2008. DOI: 10.5216/bgg.v26i2.4142. Disponível em:<<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4142>>. Acesso em: 28 out. 2023.

WANG, Fei. **Family planning policy in china**: Measurement and impact on fertility. 2012. Disponível em:<Family Planning Policy in China: Measurement and Impact on Fertility Munich Personal RePEc Archive (uni-muenchen.de)>. Acesso em 18 jan de 2023.

WHYTE, Martin King; FENG, Wang; CAI, Yong. Challenging myths about China's one-child policy. **The China Journal**, n. 74, p. 144-159, 2015. Disponível em :<Challenging Myths About China's One-Child Policy: The China Journal: Vol 74 (uchicago.edu)>. Acesso em 27 de out. de 2023.

ZHANG, Junsen. The evolution of China's one-child policy and its effects on family outcomes. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 1, p. 141-160, 2017. Disponível em:<www.aeaweb.org>. Acesso em 02 de set de 2023.